



# A hora da luta!

- Data-base vencida, falta de perspectivas e intransigência do TJ
- Servidores demonstram indignação e mobilizações crescem
- Assembleia Estadual definirá os rumos da Campanha Salarial

Páginas 4 e 5

**Assembleia Geral Estadual**  
**TODOS A SÃO PAULO DIA 21/03**  
Local: Barra Funda (Atrás do Fórum Criminal)

Assembleia Regional em Santos define propostas

Págs. 6 e 7

lamspe segue sem agendamento hospitalar na Baixada

Págs. 18 e 19

Acidente no Fórum João Mendes fere servidora gravemente

Pág. 8

**assojubs**

**20**  
anos

construindo um ideal

Veja aqui a comemoração do aniversário da associação

Págs. 16 e 17

## EDITORIAL

# OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER!

A Campanha Salarial 2009 dos Servidores do Judiciário de São Paulo começa e novamente enfrentamos a triste novela imposta pelo patrão, mais uma gestão do Tribunal de Justiça que alega, como sempre, falta de verbas para cumprir a lei e honrar suas dívidas com a categoria.

Falta de verbas porque o TJ, como foi dito durante as negociações (ou enrolações?) de 2008, não abre mão de “gerir” (leia-se gastar) o que restou do orçamento cortado injustificadamente pelo Governo Serra (PSDB,PPS,DEM) da forma que melhor lhe convém. É verdade que o corte do Governo Serra foi brutal e também que todos os servidores devem se indignar ele, dado que a receita para o Orçamento Estadual de 2009 é recorde: R\$ 116 bilhões. O orçamento enviado pelo TJ, que pela primeira vez teve a participação dos servidores na elaboração

de sua proposta, era de R\$ 8,4 bilhões, contemplando toda a reposição salarial devida, o pagamento do total da dívida trabalhista (R\$ 1,2 bilhão), contratação de novos servidores, entre outros. Com tudo isso, a folha de pessoal ainda ficaria abaixo do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, era possível e legal.

Mas o Governo Serra prefere contingenciar gastos com o funcionalismo estadual, ao mesmo tempo em que despeja R\$ 4 bilhões para ajudar o balanço das montadoras de carros no Estado, apesar dessas multinacionais continuarem a demitir trabalhadores. E o Tribunal de Justiça opta por economizar dinheiro para o Governo Serra ao assistir passivamente um corte de 41% em seu orçamento. A crise virou desculpa até para o injustificável.

Enquanto isso, os servidores seguem à míngua de seus direitos. Na verdade, terão que esperar o Congresso Nacional, essa instituição “renomada”, que consome R\$ 11.500,00 para cada minuto de seu funcionamento, decidir sobre o aumento dos ministros do STF, que liderados por Gilmar Mendes (o que mandou soltar Daniel Dantas duas vezes) pleiteiam ganhar R\$ 27 mil por mês, resultando em um gasto extra equiparado ao da Justiça Federal, de R\$ 500 milhões

a mais por ano. A crise, para eles, não serve como desculpa.

Como o salário da magistratura paulista, após a implantação dos subsídios em 2007, está atrelada ao teto do STF, o TJ daqui vai esperar a definição do aumento do STF em Brasília para saber quanto a mais vai pagar para juízes e desembargadores e quanto vai restar (as migalhas) para os servidores. Se restar alguma coisa.

Assim, só cabe à categoria lutar, e lutar forte, com toda a indignação que essa situação, aliada às precárias e deficientes condições de trabalho, nos causam. Os primeiros passos estão sendo dados e é fundamental a participação de todos na Assembleia Estadual do dia 21 de março, em São Paulo.

Essa é a nossa luta, e a mobilização, pressionando o patrão – tanto o TJ, quanto o governador José Serra – é a única possibilidade de derrotarmos essa política de arrocho salarial que se arrasta há mais de uma década. Não podemos aceitar que justo aqueles que carregam o TJ “nas costas”, os que “seguram o rojão”, que trabalham de verdade para que a justiça funcione em São Paulo, sejam tratados como cães ao redor de uma farta mesa – a dos magistrados – esperando as parcas sobras.

Vamos à luta. Ousar lutar é ousar vencer!

## ACORDO ORTOGRÁFICO

## Brasil adota novas regras

Desde 1º de janeiro entraram em vigor as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que extingue o uso do trema, altera a acentuação de algumas palavras e padroniza a utilização do hífen, entre outras mudanças.

Firmado em 1990 pelas nações que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o acordo tem o objetivo de instituir uma ortografia oficial única do idioma.

Em setembro do ano passado, o presidente Lula assinou o decreto que estabeleceu a implantação do acordo, prevendo um período de quatro anos de transição. Até 20013, prazo de conclusão para as mudanças, são aceitas as duas formas de escrever.

Vale lembrar aos leitores que esta edição de O Processo foi redigida utilizando-se da antiga ortografia, não constando as mudanças propostas na reforma.

Aos interessados, a ASSOJUBS disponibilizou em seu site um resumo (extraído do Folha Online) com as novas regras ortográficas. É só acessar o [www.assojubs.com.br](http://www.assojubs.com.br).

## EXPEDIENTE



## Diretoria

Hugo Coviello - presidente  
Paulo Pompeu - vice-presidente  
Maria Kill - secretária geral  
Adelson Gaspar - tesoureiro  
Márcio Paiva - atividades sociais e culturais  
Laércio Armesto - atividades esportivas  
Mário Augusto - patrimônio  
Paulo Mercadante - comunicação  
Alexandre dos Santos - convênios

## Conselho Deliberativo

Iporaci da Silva Maia - Comarca de Santos  
Mário Sérgio Rosa - Comarca de Santos  
Roberto Maia Santana - Comarca de Santos  
Ailton dos Santos - Comarca de Santos  
Paulo Afonso Filgueiras Júnior - Comarca de Santos  
Mário Ricardo Reis Silveira - Comarca de São Vicente

**Jornalista responsável:** Camila Marques MTB 34.448

**Conselho editorial:** Camila Marques, Hugo Coviello, Luiz Milito, Mário Soares e Paulo Mercadante

**Diagramação:** [www.cassiobueno.com.br](http://www.cassiobueno.com.br)

**Tiragem:** 2000 exemplares

**Impressão:** Gráfica Diário do Litoral

Assojubs – Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo • Endereço: Av. São Francisco, 276 / 278 – Centro – Santos - SP

Cep: 11013-202 - telefone: 3223-2377

e-mail: [faleconosco@assojubs.com.br](mailto:faleconosco@assojubs.com.br)

internet: [www.assojubs.com.br](http://www.assojubs.com.br)

## DEFENSORIA PÚBLICA

## OAB São Paulo quer diminuir atendimento à população realizado pela Defensoria Pública

Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo de 29 de janeiro, Caderno Cotidiano, a seccional São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quer que seja revisto o critério de atendimento gratuito à população da assistência jurídica, realizada pelos defensores públicos ou advogados pagos pelo Estado, em convênio com a OAB. A solicitação, até o momento, teria ocorrido apenas verbalmente.

O atendimento é prestado às pessoas com renda familiar de até três salários mínimos estaduais (R\$ 1350,00). A OAB pretende reduzir esse teto para R\$ 900,00, ou o equivalente a dois salários mínimos, seguindo a referência de São Paulo, R\$ 450,00.

A matéria da Folha afirma que com tal mudança deixariam de ser atendidas 270 mil pessoas. Ainda de acordo com o jornal, a re-

presentação dos advogados, através de Marcos da Costa, diretor financeiro da OAB-SP, entende que “há cidades que não têm mais advocacia privada”, pois a cidade inteira está nessa faixa. “O advogado, mesmo que não queira, é obrigado a ir para o convênio [com a Defensoria] porque não tem cliente”. Já o conselheiro da Defensoria Pública, Davi Depine Filho, respondeu na mesma matéria: “Só não podemos retirar da população um direito que é dela”.

Os gastos anuais da Defensoria Pública com a assistência jurídica através do convênio com a OAB atingem R\$ 270 milhões. O convênio se tornou uma batalha jurídica entre defensoria e OAB desde meados de 2008. A OAB pressionou pelo aumento da tabela em percentual acima da inflação do período e a Defensoria Pública defendeu a ampliação de advogados con-

cursados em seus quadros e redução do convênio com a OAB.

Alguns dados sobre o atendimento e os gastos, publicados na matéria da Folha, chamam a atenção. Primeiro, o gasto orçamentário com o convênio com a OAB é de R\$ 272 milhões. O gasto com o atendimento próprio feito pela defensoria equivalem a menos de um terço do valor gasto no convênio, mais precisamente R\$ 75 milhões.

Porém, o volume do atendimento realizado pela Defensoria Pública, que é de 850 mil casos, é muito próximo do realizado através do convênio com a OAB, um milhão de casos atendidos.

Outro dado interessante é que os 850 mil casos atendidos pela Defensoria Pública se fazem através de 400 defensores públicos em todo o Estado, enquanto o convênio com a OAB dispõe de 47.607 conveniados.

# “SIFU”: A CRISE ATINGE O BRASIL

**C**aro leitor, o título acima não pretende ser ofensivo a você. Apenas utiliza-se da mesma expressão reveladora da gravidade da crise econômica dita em público pelo presidente da República no final do ano passado. Ao tentar comparar a situação da crise econômica mundial e seus efeitos sobre o Brasil com um paciente doente no hospital, Lula fez mais do que quebrar, mais uma vez e confiando no seu grande carisma, o protocolo. Lula acabou revelando em tom de brincadeira o que vinha negando publicamente: a crise econômica é gravíssima e ao atingir o país irá ferrá-lo, ou ferrar-nos, para não repetir o termo usado pelo presidente.

Alemanha em recessão. Inglaterra em recessão. Mais de 2,6 milhões de desempregados nos Estados Unidos em 2008. Só com muito otimismo e reza brava o Brasil ficaria fora da crise.

Em dezembro de 2008 foram registradas mais de 650 mil demissões no país, número recorde no ano e o dobro do registrado no mesmo período em 2007. As demissões crescem e, contraditoriamente, nas empresas que mais lucraram nos últimos anos – como a Vale do Rio Doce, montadoras de veículos como a GM, banco Santander e a Embraer.

O fato de empresas que alcançaram lucros recordes demitirem ao primeiro sinal de crise é mais uma prova de que o capitalismo não possui limites em sua ganância autodestrutiva.

Como havíamos descrito no artigo publicado na edição anterior, nenhum país do mundo ficaria impune a essa crise, ainda mais países dependentes dos grandes países capitalistas como o Brasil. O esforço de Lula para evitar falar em crise tinha hora marcada para acabar. Além de vacilar, o governo petista, contando com o apoio da “oposição” PSDB, DEM, PPS, liberou R\$ 160 bilhões para os bancos e instituições financeiras, sob a desculpa de evitar quebraças e baixar os juros. Passados

quase dois meses dessa liberação, o que todos percebem é que os juros não baixaram e os bancos usaram a disponibilidade de caixa, para melhorar suas contabilidades e aumentar ainda mais seus lucros. O governo, como que surpreendido, fez ameaças típicas de cão que late, mas não morde.

A crise demonstrou também como tucanos e petistas parecem convergir para uma identidade comum. Tanto Lula, como Serra liberaram R\$ 4 bilhões, cada um, do dinheiro público, federal e estadual, para ajudar as montadoras. Isso mesmo, aquelas empresas multinacionais que tiveram o maior lucro de toda sua história em 2008.

A alegação que agradou a mídia – obviamente sempre pronta a defender a classe empresarial e os governos de plantão – foi que o dinheiro traria estabilidade para essas empresas evitarem as demissões.

Seria cômico se não fosse triste, até porque foi com nosso dinheiro.

Menos de 20 dias depois a GM saiu na frente e demitiu cerca de 800 funcionários. Ou seja, a empresa, cuja matriz estadunidense encontra-se a beira da falência, recebe uma polpuda grana dos governos, federal e estadual, para se financiar, manter níveis de produção, manter empregos e salários – vamos fingir, para efeito de raciocínio, que acreditamos nas propagandas oficiais –, não faz nada disso e usa o dinheiro para melhorar seu balanço ou pagar dívidas, o que de qualquer forma aumenta o lucro obtido durante 2008. Lucro esse que é remetido para a matriz nos Estados Unidos, onde os executivos da empresa, apesar da crise, continuam a ganhar fortunas mantendo privilégios dignos de reis. Em resumo, o Estado Brasileiro, nacional ou estadual, mandou dinheiro público para a matriz de uma multinacional tentar sair da pindaíba monstruosa que ajudou a criar. Não seria mais fácil distribuir R\$ 8 bilhões em financiamentos aos brasileiros para que pudessem comprar e, assim,

aquecer o mercado interno e evitar as demissões? Calculando em R\$ 25 mil o preço médio final ao consumidor de um carro dito popular, seria possível adquirir 320 mil carros com esse valor.

Não seria melhor colocar os R\$ 160 bilhões disponíveis aos bancos à disposição do financiamento do consumo da população?

Mas o capitalismo, assim como a política no Brasil, não é regido pela racionalidade, mas pela ganância. Esses não são erros governamentais. São políticas deliberadas voltadas para atender aos interesses das classes sociais detentoras da riqueza e do poder.

Pior do que esses sinais de financiamento do capital privado com dinheiro público é o que está por trás da permanência da taxa de juros referencial, a Selic, em patamares tão elevados, enquanto em todos os países centrais do capitalismo (EUA, Japão, Inglaterra, Alemanha, França) ela tende a zero ou estão nos menores níveis desde a II Guerra Mundial, em 1945.

Quando logo após a eleição de Barack Obama, nos EUA, o Ministro da Fazenda Guido Mantega foi aos Estados Unidos, de emergência, discutir a crise, a imprensa brasileira – tão ufanista, tão adepta ao neoliberalismo, a liberação dos mercados, tão moderna em sua vergonhosa e lucrativa puxação de saco – logo se antecipou em afirmar que o Brasil foi chamado a ensinar o mundo como enfrentar a crise e cobrar dos EUA medidas que evitassem o alastramento da peste econômica pelo mundo.

Alguém já disse que o ufanismo patriota “é o esconderijo dos covardes e dos corruptos”.

Jamais saberemos o que Mantega falou ou ouviu nos EUA, mas é claro que para as economias centrais alguém terá que pagar pela crise que suas empresas criaram.

Assim, sob o comando do banqueiro e ex-presidente do “Bank of Boston”, Henrique Meirelles, o Banco Central do Brasil, mantém a segunda maior taxa de juros do mundo, de forma inexplicável, em 12,75% ao ano, considerando a redução de um ponto percentual ocorrida em janeiro. Para se ter uma idéia, na Inglaterra, a taxa anual de juros está em 1,5%.

Fica evidente que o papel designado pelos países centrais da economia mundial para os países sub-desenvolvidos, ou dependentes, como o Brasil, é o de ajudar a pagar a conta, mantendo taxas de juros elevadas que servem como compensação para o capital que encolheu e perdeu lucratividade na Europa, Japão e EUA.

O dinheiro entra no Brasil, cresce com os juros pagos pelos títulos do Estado, que nada mais são do que garantias baseadas na

arrecadação de impostos nacionais, quer dizer, do dinheiro que é retirado dos trabalhadores, principalmente. Depois, esse capital retorna mais gordo para as empresas em seus países de origem e serve para minimizar os efeitos das perdas causadas pela crise econômica.

Esse não é o único papel subserviente que nos será honrado pela globalização capitalista. Haverá também a necessidade de impulsionar a indústria nos países centrais, o que significará mais barreiras protecionistas, defendidas, inclusive, por Obama, o homem da “mudança”, que é uma palavra vazia (pois as coisas também “mudam” para pior e não deixa de haver uma “mudança”), o novo líder do capital estadunidense que tem a função de restaurar o Imperialismo Yankee, usando a imagem, a simpatia, e uma dose de demagogia. Além de barreiras que prejudicaram a exportação de produtos brasileiros, haverá a necessidade de nos fazer comprar os produtos deles, e, então, assistiremos uma nova onda de pressão por desregulações da nossa economia. Nada muito diferente do que era feito na época colonial. Na época, era muito fácil chegar em uma terra vazia, explorar suas riquezas e mandá-las de navio para os portos europeus. Como não há mais terra vazia no mundo, e por pior que seja o território sempre há alguma lei, é necessário acabar com essa lei para continuar o saque porque assim, sem lei, a elite local, sócia do saque, pode justificar a exploração para as massas entretidas com algum reality show global.

O que estamos assistindo, e infelizmente dando pouca importância, terá efeitos profundos e dramáticos em nossas vidas. Mesmo quem não for atingido diretamente terá um familiar, um parente, um amigo (ou até mais) atingido pela crise.

É impossível neste momento saber os desdobramentos da recessão mundial em fase de implantação. Para o capitalismo, a saída decisiva será uma nova guerra, a destruição que retroalimenta a máquina de lucros do sistema. O alvo já está escolhido pelos EUA de Barack Obama, será o Irã. Quando começará e suas proporções ninguém é capaz de prever. Mas, ainda que saia vitorioso, o capitalismo só repetirá mais um ciclo e empurrará mais uma vez com a barriga a crise, estrutural e sistêmica, para nossos filhos ou netos.

A alternativa é a socialização da produção, da riqueza, do conhecimento e dos recursos naturais do planeta com uma nova e solidária organização política, econômica e social.

Se isso é possível? ...

A resposta está em cada um de nós.

# Desrespeito, intransigência e intimidação no TJ

*Presidente “democrático” se nega a receber as entidades representativas dos servidores*

O discurso de transparência e diálogo aberto com os servidores exaltado pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo desde sua posse, em fevereiro de 2008, ruiu. Roberto Vallim Bellocchi, através de explicações repassadas pelo juiz assessor James Siano e o desembargador Fábio Gouveia, categoricamente negou qualquer possibilidade de receber as entidades representativas da categoria para discutir a pauta de reivindicações dos judiciários.

Tal demonstração comprova que Bellocchi está indiferente às necessidades de seu quadro funcional – essencial para o andamento jurisdicional do maior Tribunal do país – dando continuidade à linha de conduta adotada pelos administradores anteriores da Casa.

Na quarta-feira, 04 de março, a Assojubs – com participações de Hugo Coviello, presidente, Maria Kill Damy Castro, secretária geral, Alexandre dos Santos, diretor de Convênios, Laércio Armesto, diretor de Esportes e Lazer, Luiz Milito, delegado regional/SP, e de José Carlos dos Santos e Francisco de Assis, servidores de Santos – e o conjunto das entidades representativas dos servidores fizeram uma manifestação às portas do Órgão Especial, plenário Ministro Nelson Hungria, cuja finalidade era obter resposta da Presidência do TJ sobre o agendamento de uma reunião com a categoria, que está com a data-base vencida (1º de março), sem reposição salarial e sofre com a falta de condições de trabalho

e o desinteresse em que o Plano de Cargos e Carreiras seja aprovado na Assembléia Legislativa.

Para tentar acalmar os ânimos dos dirigentes e servidores que compareceram ao Palácio da Justiça, Vallim Bellocchi destacou Siano e Gouveia para conversar com os dirigentes, que, de forma contundente, expressaram seu descontentamento em relação às atitudes do TJ, pois o órgão sequer respondeu aos ofícios encaminhados visando à realização de uma reunião entre as partes. O presidente da Assojubs, Hugo Coviello participou desta reunião e cobrou o respeito à categoria, tanto em relação à postura intransigente do presidente do TJ em discutir com os representantes, quanto pela data base estar vencida.

As representatividades explicaram que a presença do presidente do TJ é essencial para o avanço da discussão porque os temas mais importantes da pauta reivindicatória – reposição salarial, Plano de Cargos e Carreiras, majoração dos auxílios, pagamentos de indenizações e condições de trabalho – dependem da decisão de Bellocchi, pois as comissões de Orçamento e Salarial não têm autoridade para deliberar.

Para a surpresa dos servidores, Siano respondeu que nem o presidente tem esse poder, justificando a existência de 10 assessorias e das comissões de desembargadores. Como previsto, a conversa, em termos práticos, de nada adiantou, fazendo com que a manifestação perdurasse às portas do Órgão Especial.



*TJ coloca a polícia na porta do Pleno, onde se concentravam os servidores*

## Servidores ocupam o plenário

Enquanto as representatividades eram recebidas pelo juiz assessor James Siano e pelo desembargador Fábio Gouveia, as portas do Órgão Especial foram abertas, possibilitando aos servidores, quase 30 pessoas, a ocupação do plenário. Eles permaneceram no local em pé, como forma de protesto. Ao final da reunião improdutiva com Siano e Gouveia, os dirigentes também se dirigiram ao Órgão Especial e adotaram a mesma postura dos servidores frente aos 25 desembargadores do Conselho Superior da Magistratura.

No intervalo da sessão, o desembargador Antonio Carlos Malheiros, da Comissão Salarial do TJ, se disse disposto a receber as entidades para prosseguir com as negociações iniciadas em 2008, mas informou que as chances de uma reunião entre a categoria e a Presidência eram remotas. Tal dado foi confirmado na sequência, quando Siano, ao retornar de mais uma tratativa com Bellocchi, expôs aos servidores a negativa do chefe do Judiciário Paulista. Para tentar “conciliar”, o juiz assessor sugeriu uma reunião para 14 de

abril com a Comissão Salarial. Ou seja, além da ausência de Bellocchi, a reunião demoraria mais de um mês para acontecer mesmo com a data-base vencida.

Indignados com a postura do “democrático” presidente – como se intitulou Bellocchi ao início de sua gestão –, os representantes recusaram. Siano, então, insistiu que as entidades serão convidadas, sendo opcional a cada associação a participação. Nova indignação, pois os servidores perceberam a tentativa de dividir a categoria. O presidente da Assojubs declarou que “aqueles que aceitarem estarão traindo os servidores”.

## Intimidação

Assim que as entidades e servidores chegaram ao Palácio da Justiça, a direção do TJ tomou uma atitude contraditória a tudo que vem pregando desde o início de sua gestão: mandou a Polícia Militar para impedir a entrada dos servidores no plenário do Órgão Especial. A polícia também foi orientada a intermediar para que os assessores, ao menos, recebessem os servidores para ouvir suas reivindicações.



*Representantes das entidades fazem manifestação no Palácio da Justiça*

## Lançamento da campanha: atos simultâneos em Santos e na Capital

A Campanha Salarial Unificada 2009 teve seu lançamento no dia 03 de fevereiro, com atos públicos simultâneos pelo Estado. A Assojubs, através de sua Diretoria, esteve em São Paulo, em frente ao Fórum João Mendes (região central), fortalecendo o trabalho realizado pelo conjunto das entidades, e organizou a manifestação em Santos, na porta do Fórum Central, divulgando a pauta de reivindicações da categoria.

O lançamento da campanha foi feito no dia em que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo promoveu a Abertura do Ano Judiciário, data que marca o início das atividades forenses. O ato foi realizado tendo em vista chamar a categoria a lutar pelo cumprimento de seus direitos, pois só com a força da mobilização é que haverá avanços em relação às reivindicações pretendidas.

Em Santos, por cerca de 40 minutos, o presidente da Assojubs, Hugo Coviello, diretores, conselheiros e servidores expuseram à população as dificuldades enfrentadas pela categoria, a política de arrocho salarial da direção do TJ, as mazelas do Judiciário Paulista

e quem são os responsáveis por este quadro de sucateamento.

O discurso, muitas vezes inflamado, ressaltou também o tratamento diferenciado conduzido pela direção do TJ entre a classe dos magistrados e a dos servidores, em que interesses e benefícios para a magistratura são prontamente atendidos, enquanto que para os servidores fica o descaso, nítido nos sete anos sem reposição das perdas salariais.

Na Capital, com a presença de Luiz Milito, delegado regional, e de Maria Kill Damy Castro, secretária geral, o ato ganhou o reforço do deputado estadual Olímpio Gomes (PV). Solidário ao problema do funcionalismo, o parlamentar fez coro à fala dos representantes dos servidores, mencionando a precariedade do órgão que movimenta o maior número de processos e usufrui apenas de 4,5% do orçamento do Estado, sendo que nas demais regiões esse índice é de 6%.

As intervenções públicas defenderam três reivindicações básicas: reposição salarial de 14,42%; melhores condições de trabalho e atendimento de qualidade à população.

## Dia de Luto: servidores de Santos realizam protesto

No dia 05 de março, os servidores da Comarca de Santos realizaram um ato de repúdio aos desmandos patronais. Os funcionários compareceram aos seus locais de trabalho trajados com peças de roupa pretas, simbolizando, o luto pela morte da esperança em que o TJ cumpra a lei e pague a reposição salarial devida desde 2002.

O protesto foi mais uma ação da Campanha Salarial Unificada 2009, intensificado pelos servidores após saberem da recusa do presidente do TJ, desembargador Roberto Vallim Bellocchi em receber as entidades representativas para discutir os itens referentes

à pauta reivindicatória.

“O dia de luto demonstrou a revolta da categoria e teve adesão de 70% dos servidores de Santos. Agora, os judiciários seguem as mobilizações de luta, podendo chegar até a paralisação”, ressaltou Hugo Coviello, presidente da Assojubs. Ele, assim como sua Diretoria, fez parte do ato, uma deliberação da Assembléia Regional, promovida, em 14 de fevereiro, pela associação em sua sede Santista. A realização teve o intuito de propiciar aos servidores mais um canal de discussão sobre os itens e ações defendidos a serem implantados na Campanha Salarial.



Servidores do Fórum Cível participam do Dia de Luto

## Palavra empenhada, palavra descumprida

Ao iniciar sua gestão à frente do maior tribunal do país, o desembargador Roberto Vallim Bellocchi (foto), em entrevista coletiva concedida no Palácio da Justiça em 11 de fevereiro de 2008, fez um discurso que quase convenceu a categoria de sua postura mais liberal, diferente de seus antecessores no cargo. Porém, suas palavras foram jogadas ao vento. E bem como costuma fazer a política brasileira, que promete e dificilmente cumpre, o magistrado se esqueceu do que disse aos seus servidores. Mas, “O Processo” faz questão de lembrar. Eis alguns trechos da fala de Bellocchi:



### Sobre a gestão

*“Minha meta é desenvolver um diálogo franco, democrático e transparente”.*

### Sobre o PCC

*“A implantação do Plano de Cargos e Carreiras, que se encontra na Assembléia Legislativa, é uma necessidade periódica, pois os servidores estão desmotivados por não receberem um salário compatível com suas funções”.*

### Sobre o

### Judiciário Paulista

*“Temos 17 milhões de processos em tramitação no Estado. Para resolver, só com investimentos e verbas. Tem que haver contratação de juizes, servidores e novas instalações”.*

## Campanha Salarial 2009: próximos passos da luta

Não satisfeitos com a intransigência do Tribunal de Justiça, a categoria, por meio das entidades representativas, preparam uma reação à negativa de reunião e ao descaso com o vencimento da data-base.

Para isso, conta com a participação dos servidores! Judiciários unidos na luta contra o desrespeito por parte do TJ!

### 21/03/2009 – 10 horas (sábado)

Assembléia Estadual dos Servidores do Judiciário – Campanha Salarial 2009 - Barra Funda/São Paulo (Assetj - atrás do Fórum Criminal).

A Assojubs disponibiliza ônibus aos servidores participantes. As inscrições podem ser feitas na Secretaria da associação, pelos telefones 3223-2377 (Santos) e 3468-2665 (São Vicente) ou pelo e-mail: secretaria@assojubs.com.br

### 27/03/2009 – 14 horas (sexta-feira)

Manifestação Unificada do Funcionalismo Estadual – Praça da Sé/São Paulo

A Assojubs disponibiliza ônibus aos servidores participantes. As inscrições podem ser feitas na Secretaria da associação, pelos telefones 3223-2377 (Santos) e 3468-2665 (São Vicente).

# Assembleia Regional mobiliza servidores

O dia 14 de fevereiro foi marco de mais um ato da Assojubs pela Campanha Salarial Unificada 2009. A associação abriu as portas da sua sede, em Santos, para receber os servidores em uma Assembleia Regional e propiciar mais um canal de discussão sobre os itens e ações a serem defendidos na luta contra a política implantada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Diversos representantes de comarcas, como Guarulhos, Osasco, São Vicente e Mongaguá, de prédios, como Fórum da Barra Funda, Santana e Execuções Fiscais - da Capital -, companheiros da ativa e aposentados de Santos estiveram presentes manifestando suas opiniões e contribuindo para o fortalecimento da atuação pelo cumprimento dos direitos dos servidores do Judiciário Paulista.

A mesa de trabalho foi composta pelo presidente da Assojubs, Hugo Coviello, pela secretária geral, Maria Kill Dany Castro, pelo delegado regional em São Paulo, Luiz Milito, e pelos representantes Antônio Grandi, presidente da Apatej, e Diva Ferreira, dirigente do Sindicato União, que vieram prestigiar a discussão e reunir esforços na unificação da luta.

Para situar os presentes sobre o impasse ao qual chegaram judiciários e Tribunal, Coviello e Milito fizeram um pequeno resumo acerca das reuniões e discussões feitas entre as partes durante o ano de 2008, ressaltando o pouco avanço ocorrido. Aliás, avanço esse que pode ser apontado por apenas dois fatores: o da participação inédita dos servidores na elaboração da peça orçamentária para o exercício de 2009 e a criação da ouvidoria do servidor, que ainda está em processo de implementação.

Diante da intransigência e enrolação do TJ a categoria chega ao ponto atual, começando uma nova campanha salarial sem perspectivas de que suas reivindicações sejam atendidas pelo TJ, a menos que haja uma forte mobilização dos servidores.

Além da desculpa da falta de verbas, resultado do corte orçamentário, o TJ, assim como o Executivo, faz agora uso de outra justificativa para continuar “saindo pela tangente” e não pagar as dívidas existentes com os servidores. A moda é dizer que a culpa, de qualquer que seja o problema, é da crise econômica mundial.

Sim, há inegavelmente uma crise econômica. Mas, com o recorde de arrecadação que houve em 2008 no Estado de São Paulo – R\$ 116 bilhões –, seria possível atender as reivindicações dos judiciários. “De acordo com os estu-



*Categoria discute os itens e ações a serem defendidos na luta contra a política de arrocho salarial do TJ*

dos que fizemos sobre a previsão orçamentária para este ano, daria tranquilamente para pagar a reposição dos servidores”, explicou Milito.

Leitura e discussão dos pontos elencados na pauta de reivindicações

A Assembleia Regional foi realizada no intuito de promover e detalhar a discussão com a categoria sobre os itens da pauta de reivindicações e os próximos atos a serem deliberados para dar continuidade à Campanha Salarial.

Foram lidos os itens da pré-pauta comum unificada. Cada ponto foi explicado, debatido e votado. O resultado das deliberações passa a ser defendido pela Assojubs nas reuniões referentes à Campanha junto às demais entidades representativas da categoria.

## Deliberações

**Item 1** – Reposição salarial de 14,42% (INPC)

Foi consenso a aprovação do item. Só é preciso esperar fechar o período (2008-2009), em fevereiro, para calcular corretamente o percentual. Se o TJ efetuasse o pagamento, iria zerar a dívida referente à perda salarial com os servidores.

**Item 2** – Imediata aprovação e implantação do Plano de Cargos e Carreiras PCC (majoração salarial média de 5,1%)

Tal ponto causa polêmica. O motivo é a manutenção do Regime Especial de Trabalho Judicial (RETJ), uma conquista dos oficiais de justiça, que faz jus a uma gratificação de 150% sobre o salário base da classe. No projeto do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) o salário base passa a ser cerca de 60% do total de vencimentos.

Segundo o entendimento da Assojubs, o PCC não é bom, nem é o plano ideal para a categoria. Mas, dada a correlação de forças, ou seja, a falta de mobilização e pressão da categoria para reverter esse projeto em outro plena-

mente favorável à categoria, é melhor aprová-lo e depois tentar aprimorá-lo. A luta é no sentido de conseguir aprovação ainda neste 1º semestre do ano.

Sobre a permanência dos 150% sobre o novo salário base, o TJ não aceita sequer discutir. Sem alteração e prevalecendo o disposto no texto atual, o RETJ é substituído por uma gratificação de 11,31% sobre o novo salário base. As entidades, então, lutam pela manutenção do RETJ, uma “filosofia” de trabalho que garante a qualificação para o exercício da função, ou seja, a valorização do trabalho do oficial de justiça. A proposta é alterar somente o inciso do percentual, que de 150% passaria a ser 11,31%, mudança que não prejudicaria o salário e não retiraria a conquista histórica dos oficiais.

Colocada em votação, a maioria optou pela manutenção da nomenclatura com a modificação apenas no percentual, não criando impasse à aprovação do PCC (desde 2005 na Assembleia). A maioria entendeu que após a implementação do plano, a luta deve seguir, tendo em vista adaptá-lo e desenvolver novas versões, a exemplo do que acontece na Justiça Federal.

**Item 3** – Contratação de novos servidores (existe déficit atual de 15 mil funcionários)

Consenso. Já é público que a morosidade da justiça é motivada pela falta de servidores, pois o déficit faz com que muitos acumulem serviço e não consigam dar conta da crescente demanda judicial.

**Item 4** – Ampliação de vagas no programa creche-escola

Não são todos os funcionários que podem fazer uso desse auxílio que o TJ dispõe, pois é necessário fazer inscrição no programa e aguardar a abertura de vagas na região em que o servidor trabalha. Portanto, a ampliação de vagas foi ponto aprovado por consenso.

**Item 5** – Aumento dos auxílios (alimentação, saúde e transportes)

Por conta das especificidades de cada região, o auxílio transporte provocou divergências quanto a seu valor. Em São Paulo, por exemplo, alguns servidores são obrigados a pegar ônibus e metrô para chegar ao local em que está lotado. No Litoral Sul a condução entre as cidades também tem um preço diferenciado das passagens cobradas na Região Metropolitana de Santos ou na Capital. De acordo com a votação, aprovado o valor de R\$ 12,00 ao dia.

Sobre o auxílio saúde, a assembleia definiu que seja feita uma reivindicação de R\$ 90,00 por funcionário, mais R\$ 90,00 por dependente. Para o auxílio alimentação, o valor proposto foi de R\$ 20,00.

**Item 6** – Cumprimento imediato do Acórdão 21360/SP, decisão da Corte Superior, e extensivo a todos os servidores

Consenso. Trata-se da devolução a todos os funcionários dos valores confiscados e cessação dos descontos da última greve, ocorrida em 2004.

**Item 7** – Implementação do nível universitário para os oficiais de justiça e discussão do provimento 1611/2008 CSM

Sobre o nível universitário aos oficiais de justiça, preferencialmente bacharelado em direito, consenso em sua aprovação. Referente ao provimento 1611/2008, que regulamenta a custódia dos valores não resgatados depositados a título de diligências e passa ao Fundo Especial de Despesas, foi definido que seria melhor formar uma comissão para a discussão do assunto, motivado pela falta de clareza do teor e da aplicação da determinação.

Uma coisa é certa: os judiciários sabem que feito o repasse ao Fundo Especial, o TJ gasta os recursos da forma como bem entender, o que nos últimos anos resultou em uma série de benefícios e melhorias que atenderam preferencialmente os magistrados. Casos recentes são a renovação da frota de veículos usados pelos

desembargadores, disponibilização de recursos para compra de livros e a aquisição de notebooks para magistrados.

Foi aprovado também a inclusão na pauta de reivindicações da implementação do nível universitário para os escreventes.

**Item 8** – Pagamento das verbas indenizatórias (FAM, licença-prêmio, férias)

Consenso em sua aprovação. Os presentes propuseram que seja incluído na pauta o direito ao gozo, quando solicitado, de férias e licença-prêmio, pois por conta da falta de funcionários, o TJ vem negando os pedidos dos funcionários.

**Item 9** – Por melhores condições de trabalho

Os presentes optaram por definir as reivindicações sobre o tema na Assembléia Estadual a ser realizada em 21 de março, às 10 horas, na Barra Funda, atrás do Fórum Criminal (sede da Assetj), em São Paulo.

#### Encaminhamentos

A Assembléia Regional aprovou as seguintes ações para a Campanha Salarial 2009:

#### Luto no dia do pagamento (realizado em Santos no dia 05 de março)

A pretensão foi mostrar ao público e ao TJ a insatisfação dos servidores. A iniciativa colocou em evidência o sofrimento do funcionário público do judiciário (com repercussão na mídia e publicação no jornal “A Tribuna” do dia 7 de março). Conforme ressaltou o oficial de justiça Mário Ricardo Reis Silveira, servidor de São Vicente: “Luto pela morte da nossa esperança, esperança que o TJ se sensibilizasse com a situação que vive seus servidores, que negociasse com a categoria, que pudéssemos ter a perspectivas de dias melhores.”

#### Utilização de colantes, botons e braçadeiras (a partir de março)

Com a definição do índice atualizado das perdas salariais que deve ocorrer no dia 11 de março, data da divulgação dos cálculos de inflação do mês de fevereiro pelo Dieese (em convênio com a Assojubs) serão confeccionados e distribuídos à categoria materiais da campanha salarial para dar visibilidade e fortalecer as reivindicações do servidor, há tanto tempo vítima da indiferença do Tribunal de Justiça e do Governo do Estado.

#### Indicativo de um dia de paralisação em todo o Estado (em abril)

A proposta da Diretoria da Assojubs foi aprovada como indicativo a ser discutido na Assembléia Estadual no dia 21 de março. A idéia é convocar a categoria para uma paralisação de advertência de 24 horas, provavelmente em abril, caso o TJ não atenda as reivindicações.

## Assembléia Regional também discute a crise econômica

No início da Assembleia Regional da Assojubs, foi discutida também a crise econômica mundial, a partir de análise crítica elaborada pelo companheiro oficial de justiça Luiz Milito, delegado da Assojubs na Capital.

Graduado em Geografia e com grande experiência na área da atuação social e sindical, Milito fez um resumo das causas e consequências da crise econômica, como ela atinge os trabalhadores no mundo e como repercutirá no funcionalismo público.

Abaixo, a íntegra da análise produzida por Luiz Milito e que serviu de base para a discussão na Assembléia Regional da Assojubs.

“A crise econômica é profunda e inerente ao sistema capitalista. Ocorre, por um lado, pela crise cíclica conjuntural de superprodução de capital, riquezas e mercadorias, com o esgotamento do mercado consumidor. O que é uma contradição, pois existem bilhões de pessoas com fome e precisando consumir, mas que não tem nenhum poder aquisitivo. E, por outro lado, é uma crise estrutural, já que o valor das mercadorias diminuem pela concorrência com a introdução das novas tecnologias e aumento da produtividade, e, com isso, a taxa de lucro (mais valia roubada dos trabalhadores) tende a cair, pois também

esgota-se o mercado consumidor.

Esses dois fatores combinados trazem como consequência a não aplicação de capitais na produção, com o fechamento de fábricas e empresas, e junto traz o aumento das mazelas sociais, com o desemprego em massa, a perda de mais direitos dos trabalhadores, a fome e miséria, a violência, o desequilíbrio ecológico e as guerras regionais patrocinadas pelo imperialismo, ou seja, levam a humanidade para o atraso.

A derrocada financeira e imobiliária ocorrida inicialmente nos EUA é apenas a expressão dessa crise estrutural e que, devido à globalização, espalhou-se rapidamente para o mundo.

Atinge o Brasil de forma grave como estamos sentindo no dia a dia, e todo o ônus é jogado para a população e ao conjunto dos trabalhadores, uma vez que a saída adotada pelos governos, que são administradores dos interesses do grande capital, tem sido a intervenção do Estado, ajudando as empresas, oferecendo linhas de créditos, como o Lula e o Serra estão fazendo. Só o Governo de São Paulo liberou R\$ 4 bilhões para o setor automobilístico e preparou um pacote de R\$ 20 bilhões para combater a crise, como já foi dito em nosso jornal na matéria sobre

“A crise Mundial” (O Processo edição 08), ocorrendo a privatização dos lucros e socialização dos prejuízos.

Como consequência, como esse dinheiro sai do orçamento, o funcionalismo público vai sofrer mais arrocho salarial, a não contratação por concurso de novos servidores, maior precarização dos serviços públicos e a piora nas condições de trabalho. Ao mesmo tempo aumenta a procura da população pelo serviço público. Já que a situação social piora, mais desvedores, mais violência, menos saúde, etc.

Diante disso, o que devemos fazer, nós, os trabalhadores?

Primeiro, não somos culpados dessa situação, e, portanto, é necessário que todo o lucro obtido pelas empresas e bancos nesses anos seja utilizado para que amenizem os efeitos da crise. O dinheiro público não deve ser gasto para “salvar” essas empresas.

Segundo, temos que nos organizar e lutar para não permitir que nenhum direito não seja tirado”.

**Luiz Milito – 54, oficial de justiça da Vara de Execuções Fiscais Estaduais, em São Paulo, é delegado regional da Assojubs na Capital**

## Unidade das entidades, um compromisso com a categoria

A Assojubs, desde a Campanha Salarial de 2008, vem se empenhando no fortalecimento da unidade entre as entidades, para que juntas possam intervir e enfrentar as políticas implantadas pelo TJ-SP – as quais estão em acordo com as determinações do Governo e afetam os servidores – e ao mesmo tempo defender os interesses do conjunto dos judiciários nas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Mas, para isso, é necessário aprimorarmos nossas atitudes sindicais/associativas, reforçarmos o respeito mútuo e mantermos a transparência nas reuniões, nos compromissos com a categoria, nas ações definidas conjuntamente e nos embates com a direção do TJ e o Governo do Estado.

Deste modo, estamos propondo alguns princípios e regras de conduta (iniciais para promover o debate) que possam nortear as ações combinadas das entidades e fortalecer a unidade.

Essa tarefa tem que ser realizada em mão dupla, tanto para conseguirmos a unificação das entidades como também buscarmos a participação e atitudes unitárias do conjunto da categoria, já que sem essa combinação não haverá conquistas efeti-

vas.

Assim, a Assojubs apresenta para o debate entre as diretorias das entidades e para conhecimento interativo da categoria os seguintes pontos:

Propostas de Princípios para o Fórum das Entidades Representativas do Judiciário.

#### A) Princípios, critérios e regras de conduta:

1. A Entidade deve estar legalmente constituída e sua diretoria democraticamente eleita.

2. Podem participar das reuniões, com direito a palavra, mais de um representante, porém o voto nas deliberações deve ser de apenas um por entidade.

3. A presença do representante nas reuniões é condição básica para poder fazer propostas e participar das decisões.

4. Caso não seja possível em alguma reunião ter a presença do representante, este deverá ser comunicado das decisões e acatá-las, mantendo os encaminhamentos definidos pela maioria.

5. As discussões seguem os princípios da democracia coletiva. Após os debates das opiniões e propostas, as definições e

encaminhamentos devem ser concluídos por votação e todos seguirão o que for decidido pela maioria simples.

6. Quando após a reunião do Fórum das Entidades tiver encontro com a direção do TJ, só poderá participar desta ativamente o mesmo representante que estava presente na preparação e decisões.

7. É dever de todo representante apresentar para sua diretoria as decisões do Fórum, bem como trazer propostas de sua Entidade. Caso houver discordâncias ou novas propostas, trazer/levar para próxima reunião (Fórum/Entidade) promovendo o debate constante.

8. As pautas das reuniões devem ser pré-estabelecidas para que todos tomem conhecimento, facilitando, assim, as tomadas de decisões.

9. Serão feitas atas de cada reunião para circulação interna do grupo e das diretorias.

#### B) Punições:

1. As entidades que descatarem algum dos itens dos critérios de participação serão criticadas em reunião e por decisão de maioria estarão sujeitas à advertência, suspensão e afastamento.

## OFICIAIS DE JUSTIÇA

## Força de atuação: a solução para o desfecho das pendências da categoria

O ano de 2009 começou para os oficiais de justiça trazendo ainda aquelas pendências que só terão desfecho favorável para nós se as conduzirmos pela força de nossa atuação: são o Plano de Cargos e Carreiras, o projeto de Nível Universitário, a implantação da Central de Mandados, além da crescente precarização das nossas condições de trabalho.

Os oficiais de justiça da Baixada Santista continuam se reunindo e discutindo propostas para enfrentar essas dificuldades. Nosso trabalho têm se voltado para suprir a necessidade de criação de uma estrutura de organização que possa atender, de forma permanente, a essas e às demais demandas da categoria. Não basta mobilizar quando o Tribunal de Justiça altera o pagamento das diligências ou quando algum colega sofre uma violência mais grave: é necessário que estejamos sempre trocando informações e discutindo, para traçarmos estratégias que previnam o “estouro” dessas “bombas”.

Nesse sentido, aprovamos em nossa última manifestação uma proposta que consiste em criar um foro de discussão mais aprofundado sobre temas de interesse da categoria. O primeiro escolhido foi “Violência no Trabalho”, com uma reunião inicial realizada em 22 de janeiro, na sede da Assojubs. Dessas discussões vão surgir novas propostas, a partir das vivências dos oficiais, para que se criem canais de intercâmbio de informações entre os colegas e se promova o envolvimento dos vários setores da sociedade na discussão da justiça em nosso Estado.

Sem descuidar da necessidade de darmos respostas imediatas aos problemas que demandam esse tipo de solução, será com a perspectiva de um olhar mais amplo, que buscamos nessas reuniões, que conseguiremos traçar caminhos mais eficazes para combatê-los de forma permanente.

**Mário Sérgio Soares – oficial de justiça da 11ª Vara Cível da Comarca de Santos é integrante do Núcleo de Oficiais de Justiça da Assojubs**

## Denúncia

# Queda de prateleira dilacera orelha de servidora no Fórum João Mendes

Falta de reajuste salarial e dívidas indenizatórias com seus servidores: uma vergonhosa realidade. Pouco espaço físico, acomodações deficitárias e falta de equipamentos apropriados para um bom andamento do serviço jurisdicional: outra indecorosa evidência. Isso é o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo quando se trata de seu contingente funcional. Uma lástima, para não preferir termos impróprios.

Não obstante os problemas acima citados, os servidores ainda convivem com perigosas “armadilhas” dentro de seus próprios ambientes de trabalho, que podem resultar em ferimentos graves ou, em piores casos, conseqüências fatais. Foi o que aconteceu em 14 de novembro na 15ª Vara do Fórum João Mendes, em São Paulo, onde uma funcionária teve parte da orelha decepada devido à queda de uma prateleira de metal.

Regina de Fátima Ávila, escrevente chefe da unidade cartorária, trabalhava sob a prateleira quando um estagiário ao tentar alcançar algum material se apoiou na peça, o que culminou em seu desprendimento e deixou a servidora prensada. Por sorte o membro não foi totalmente decepado, o que possibilitou seu reimplante.

Prontamente os colegas a socorreram, encaminharam para o Departamento Médico do Fórum e, em seguida, conduziram ao Hospital do Servidor Público Estadual. Lá, foi atendida por Marcos S. Manzoti, que, segundo esclarecimentos da própria servidora, prestou um excelente trabalho e foi de um profissionalismo exemplar, tanto que sua recuperação foi extremamente satisfatória e ela, em um curto prazo de tempo, retornou ao serviço.

Acidentes acontecem, é verdade. Mas para o caos que é o Judiciário Paulista, com milhares de pilhas de processos espalhados pelos cartórios, deveria haver fiscalização, pois os locais são propícios para desastres como esse. Se o acúmulo de papéis é notório, mais notório é constatar que estantes e prateleiras podem não estar aptas a suportar tal peso. Óbvio, qualquer um pode verificar o risco eminente. Não seria o caso de prevenir a remediar? Não seria dever do TJ realizar avaliações periódicas no intuito de impedir que fatos como esse ocorram?

De acordo com a assessoria de imprensa

do TJ (em resposta encaminhada através do e-mail [imprensati@tj.sp.gov.br](mailto:imprensati@tj.sp.gov.br)), ao ser questionada pela Assojubs sobre a segurança do local de trabalho, “existem normas específicas para o emprego de atividades que oferecem risco ou são insalubres aos trabalhadores, o que não é o caso das instalações de fóruns, que exercem atividades similares às de escritórios”. Sobre o uso da Edificação e da Segurança Contra Incêndio, outro fator de tensão entre os servidores, pois com a quantidade de processos existentes nas unidades, uma ameaça de incêndio seria motivo de pânico, sem contar que o fogo se alastraria de forma voraz, o TJ esclareceu que “o prédio [João Mendes] teve suas instalações recentemente reformadas e adequadas às Normas Vigentes através da contratação de empresa especializada, estando o serviço em fase final, com previsão de conclusão para o mês de fevereiro, para obtenção do AVCB - Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros e do AVS - Auto de Verificação de Segurança do CONTRU”.

Em instituições públicas, cabe ao órgão a responsabilidade em caso de acidentes de trabalho, tendo que arcar com as despesas de tratamento e medicação utilizada. Em casos de seqüelas que impossibilitem o servidor de voltar às suas funções, há direito a indenização reparatória pelo prejuízo causado à saúde física e emocional do trabalhador.

Ainda segundo a assessoria de imprensa: “Os acidentes de trabalho de servidores do Tribunal de Justiça são processados de conformidade com o disposto nos artigos 194/197 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado; 57/62 do Decreto nº 29.180/88 e da Lei Federal nº 8.213/91. O acidente de trabalho deve ser comunicado à SRH no prazo de oito dias contados do evento pelo superior hierárquico do servidor acidentado ou por ele próprio quando fora da sede de exercício. Caso haja necessidade de afastamento deve ser preenchida a Guia Para Perícia Médica imediatamente. A comprovação é feita em processo, sendo necessário, em alguns casos, que o servidor acidentado apresente provas testemunhais e/ou documentais do infortúnio. Devidamente comprovado o acidente do trabalho, serão encaminhadas cópias do processo ao

Departamento de Perícias Médicas do Estado, cabendo aos peritos daquele órgão, a decisão final quanto à caracterização do fato em acidente do trabalho”.

Na teoria, tudo esclarecido. Mas na prática, nada resolvido. É válido lembrar que o Departamento de Perícias Médicas é outro setor crítico, e a exemplo do Iamsp (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) a prestação de serviço é deficitária. A falta de funcionários e deficiência estrutural são motivos de lentidão, que resultam no atraso de concessão de laudos médicos. Existem atualmente cerca de 10 mil processos parados no departamento.

E apesar de “escritórios” não serem áreas de risco - na maioria dos casos -, existem normas e avaliações das condições de trabalho desses locais. Em empresas privadas e públicas, locais como escritórios devem ser periodicamente avaliados para a verificação das condições de ergonomia, luminosidade, ventilação e eventuais riscos, como áreas de circulação, manuseio de equipamentos e arquivos, entre outros.

Comprovadas as conseqüências de um acidente de trabalho, uma ação, se movida, entraria para o rol de dívidas do Judiciário com os servidores, pois viraria, muito provavelmente, um precatório. Por sorte, Regina Ávila, apesar da gravidade do caso, foi socorrida a tempo e já se recuperou.

Hugo Coviello, presidente da Assojubs, demonstrou indignação com o fato e com as respostas da assessoria de imprensa do TJ. “É uma vergonha, é inaceitável que esse tipo de acidente ocorra no TJ. Além disso, essa desculpa que ‘a atividade nos fóruns não oferece risco porque é similar a de escritórios’ não dá. Por analogia com a CLT, já que não existe outra regulamentação, deve se aplicar os conceitos de medicina ocupacional que existem para empresas e escritórios privados”.

Coviello destacou mais uma situação absurda do Fórum João Mendes: “Pela informação do TJ, o prédio estava funcionando sem atestado do Corpo de Bombeiros e sem a vistoria de segurança. É um disparate que o TJ exponha servidores e população à tamanho risco”.

# Servidores da região vencem II Prêmio Interdisciplinar



*A monografia de Maurício e Sandra trata da Regulamentação da Medida Protetiva de Abrigamento em Bertioga*

O retrato do trabalho sobre a medida protetiva de abrigamento desenvolvida na cidade de Bertioga foi a monografia vencedora do II Prêmio Interdisciplinar, categoria Trabalho Com População/Ações Atendidas nas Varas, promovido pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

E os responsáveis pelo estudo foram dois servidores da Baixada Santista, Maurício de Araújo Zomignani, assistente social do Foro Distrital de Bertioga, e Sandra Regina Pessoa de Meneses, psicóloga da Comarca de Santos.

A parceria da dupla é antiga, pois antes Maurício era funcionário da Prefeitura de Santos. Como voluntários, a partir de 2001, ele e Sandra participaram de um movimento social na Zona Noroeste, em Santos, chamado Rede

Família, em que o trabalho era chamar a atenção para a necessidade da articulação na rede de atendimento, visando a integração dos serviços feitos pelas entidades que prestam assistência às famílias carentes. Um projeto semelhante ao desenvolvido, através da contribuição de Maurício, na Comarca de Bertioga, cuja experiência resultou no estudo apresentado ao Prêmio Interdisciplinar.

“O prêmio foi uma realização tão importante que deveria ser incorporada pelo Tribunal de Justiça como uma forma de reconhecimento e estímulo para a iniciativa e o compromisso tanto de assistentes sociais, quanto dos psicólogos judiciários” opina Maurício.

O quadro encontrado em Bertioga era caótico e delicado. Além de não existir a interface entre as instituições, havia desfalque de recursos nas unidades de assistência social e número insuficien-

te de funcionários. Sem falar nas brigas pessoais e políticas, que dificultavam a discussão sobre os casos atendidos.

Tomando como exemplo o projeto feito em Santos, o técnico do Judiciário ajudou a organizar a rede de atendimento, no sentido de aproximar essas unidades e gerar uma comunicação permanente entre elas, possibilitando a troca de informações sobre os casos e ocasionando a evolução do trabalho assistencial.

“Se em Santos as coisas estão caminhando na articulação dos serviços, imagina em Bertioga, um município novo, em crescimento e com características específicas! A realidade lá é muito diferente, as pessoas são muito isoladas”, define Sandra.

Passado o momento inicialmente conturbado, o trabalho foi efetuado da melhor forma possível, pois o procedimento culminou na criação de uma resolução normativa do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças para padronizar os abrigamentos, além de outras providências.

“A resolução normativa é o resultado positivo da articulação entre as entidades e auxiliou para a progressão no serviço de assistência. Um trabalho que continua acontecendo”, explica a psicóloga.

E a monografia apresentada por eles, intitulada “Regulamentação da Medida Protetiva de Abrigamento em Bertioga: O Protagonismo Técnico e o Trabalho em Rede”, descreve exatamente essa experiência, buscando entendê-la a partir de conceitos teóricos. O estudo foi construído através de troca, pois os servidores, devido à distância de seus locais de serviço, e até de moradia – Maurício, apesar de ser lotado em Bertioga, reside em São Vicente –, optaram por trocar as informações via internet. “Para a finalidade que tínhamos, foi perfeita. Uma experiência que ele tinha vivido e que compartilhou comigo, e através disso desenvolvemos o trabalho. Fomos mesclando. Ele escrevia e me mandava, e eu acrescentava, sugeria, alterava. E, assim, construímos”, explica a psicóloga. E a parceria que já havia dado certo

à época do Rede Família, se mostrou altamente eficaz, tanto que a dupla foi condecorada com o prêmio.

“A rede de atendimento, que é importante para qualificar o atendimento em qualquer realidade, em Bertioga é imprescindível, por ser uma comunidade em formação. Contribuir para essa integração, e ainda a partir de uma parceria tão rica, como é essa com a Sandra, foi ótimo” afirma Maurício.

A banca avaliadora foi composta por Eduardo Melo (juiz do ABC), Cenise Vicente Monte (psicóloga) e Miriam Vera Batista (professora da PUC). A entrega da premiação aconteceu no dia 07 de novembro durante o IV Encontro Estadual dos Assistentes Sociais e Psicólogos do TJ-SP, realizado no Guarujá.

## Características de Bertioga

A cidade de Bertioga é a cidade que mais cresce demograficamente na região. Nos anos 90, a população da cidade cresceu a índices superiores a 11% ao ano. Nos últimos oito anos o crescimento totalizou 42,9% e, em 2008 sua população aumentou em 9,85%.

Emancipada a menos de duas décadas, desde então vem crescendo a um ritmo tão alto que caracteriza o município como um dos mais atraentes à migração do país, proporcionalmente. Esse quadro incorpora à dinâmica social da cidade um senso de pertencimento baixo, uma vida comunitária empobrecida, uma sociedade civil em organização. Se é expressiva a parcela da população adulta residente na cidade que não nasceu, não tem pais muito menos avós no município, a simples observação nos bairros que fazem fronteira com a Serra do Mar é suficiente para perceber que o expediente de acolhimento de boa parte desse fluxo migratório são as invasões, ocupações irregulares que formam coletividades inteiras absolutamente carentes de obras e serviços públicos. (informações retiradas da monografia, com dados extraídos do Jornal A Tribuna)

# Aposentadoria, greve e assédio moral: discutindo os direitos da categoria

Atendendo aos pedidos dos associados, “O Processo” traz nesta edição textos explicativos sobre três importantes temas de interesse dos servidores do judiciário: assédio moral, direito de greve e aposentadoria.

Os textos foram produzidos como relatórios

da 1ª Semana do Servidor Público, evento realizado pela Assojubs, em outubro de 2008, entre os dias 20 e 23, em conjunto com o Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo), Sindserv (Sindicato

dos Servidores Públicos Municipais de Santos), Sinsprev (Sindicato dos Servidores em Saúde e Previdência da Baixada Santista) e Sindsaúde (Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo).

## Aposentadoria: a importância de conhecer seus direitos

A questão previdenciária é a especialidade de Floriano José Martins, servidor público, ex-presidente da ANFIP, auditor fiscal da Previdência e professor de legislação previdenciária.

Martins esteve em Santos, por ocasião da Semana do Servidor Público, no final de outubro de 2008 e proferiu a palestra sobre aposentadoria. Para ele, uma das dificuldades enfrentadas pelos servidores é o desconhecimento sobre a legislação atual.

A abordagem de Martins é no intuito de explicar como funciona a Previdência Social, com as diferentes contribuições, estatutária e celetista, e as mudanças ocorridas desde a Constituição de 1988. “A categoria muitas vezes desconhece os próprios direitos, a começar pelo cenário que se faz da aposentadoria”, explica.

Atualmente, segundo o professor, a população economicamente ativa do país registra cerca de 90 milhões de brasileiros, com 51 milhões de contribuintes do INSS e 9 milhões no regime estatutário, os servidores públicos. Os demais não pagam, portanto, não terão direito à previdência e provavelmente farão uso da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Sancionada em 1993, a LOAS garante um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Na palestra, para situar os espectadores, inicialmente foram definidas as três formas de contribuição existentes na Previdência Social: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para os trabalhadores do setor privado e funcionários públicos celetistas, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), para funcionários públicos estatutários e militares federais, e o Regime de Previdência Complementar (RPC), opcional, para o tra-

balhador que quiser complementar o regime no qual está inserido, permitido tanto para o RGPS, quanto para o RPPS.

Desde a Constituição de 88, já foram aprovadas três emendas – 20/98, 41/03 e 47/05 – que promoveram alterações na previdência dos servidores públicos.

A emenda 20 provocou mudanças significativas nas regras previdenciárias dos servidores. Antes, eram caracterizadas como aposentadorias compulsórias (70 anos) e por idade (65 anos para os homens e 60 para mulheres), por tempo de serviço e especiais.

A aposentadoria compulsória, por idade e por tempo incompleto (com 5 anos a menos de contribuição) era sempre proporcional, enquanto a aposentadoria por tempo de serviço completo (35 anos homem e 30 mulher) e as especiais, assim como a aposentadoria por invalidez, eram integrais.

Com a Emenda 20, o tempo de serviço foi substituído por tempo de contribuição e passou a ser exigida idade mínima. O texto da emenda apresenta duas regras para aposentadoria: a permanente e a de transição.

Na regra permanente, válida somente para quem ingressou no serviço público a partir de 16/12/98, perdeu-se o benefício da paridade e a aposentadoria passou a ser calculada com base na média das contribuições, além de depender do cumprimento dos requisitos de tempo de contribuição – 35 anos para homem e 30 para mulher – e da idade mínima – 60 anos homem e 55 mulher.

Na regra de transição, as exigências para a aposentadoria proporcional são de 30 anos de contribuição e 53 de idade, no caso dos homens, de 25 e 48 no caso da mulher, acrescido de 40% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 para completar o tempo de contribuição. Para a aposentadoria integral são 35 anos de contribuição e 53 de idade, no caso dos homens, de 30 e 48 no caso da mulher,



Zé Maria, da Conlutas (terceiro da esquerda para a direita), debate o direito de greve

acrescido de 20% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 para completar o tempo de contribuição.

Já a Emenda 41, a partir de sua vigência (31/12/2003), eliminou a possibilidade da aposentadoria proporcional – concedida com cinco anos a menos no tempo exigido. Somente os servidores que já haviam preenchido os requisitos para a obtenção do direito podem fazer uso dele. A aposentadoria por invalidez, antes integral, também passou a ser proporcional, sendo calculada com base na média das maiores contribuições. E a aposentadoria por invalidez sem vinculação com trabalho ou doença tem seu cálculo correspondente à média simples da divisão dos 35 anos de contribuição exigido do homem ou 30 da mulher pelo número de contribuições efetivas, reduzindo drasticamente o valor do provento de quem tem pouco tempo de contribuição.

A aposentadoria por invalidez, independentemente do vínculo ou não com serviço e doenças, deixou de ser paritária, passando a ser corrigida pelos índices que forem utilizados para reajustar os benefícios do regime geral de previdência.

Sobre as futuras pensões, antes concedidas no mesmo valor das aposentadorias deixadas pelos servidores falecidos, de acordo

com a Emenda 41, têm uma redução de 30% sobre o valor que exceder ao teto do regime geral de previdência social a partir de sua vigência. A emenda ainda instituiu a contribuição dos aposentados e pensionistas, no percentual de 11%, igualmente com incidência sobre a parcela dos proventos que exceder ao teto do regime geral, porém alcançando a todos e não apenas aos que viessem a usufruir dos benefícios previdenciários mencionados após sua vigência.

Outra exigência da Emenda 41 foi o tempo de 20 anos de serviço público para fazer jus às regras que asseguram a integralidade e paridade. Essa regra é válida apenas para os servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/03.

O último ponto da emenda diz respeito à admissão da aposentadoria voluntária antes da nova idade mínima (60 e 55 anos), sem paridade e proporcional. Para isso, as regras são: ingresso no serviço público até 15.12.1998, idade superior a 53 anos (homem) e 48 (mulher), 35 anos de contribuição ou 30 anos, se homem ou mulher, mais pedágio de 20% sobre o tempo restante para cumprir essa exigência em 16/12/98, redução de 3,5% para cada ano que pendente para a nova idade mínima, para que completasse a idade até 31 de dezembro de

2005, ou de 5% de redutor para cada ano para aqueles que só viessem a completar a nova idade mínima a partir de 1º de janeiro de 2006.

E por fim a Emenda 47, cuja principal mudança introduzida foi a fórmula que permite ao servidor que ingressou no serviço público até 15/12/98 a possibilidade de trocar o tempo de contribuição excedente por idade, desde que comprovado pelo menos 25 anos efetivos de serviço público.

No caso do servidor com mais de 35 de contribuição (homem) ou mais de 30 (mulher), abate-se esse tempo excedente na idade mínima, de tal sorte que a soma do tempo de contribuição com idade some 95 (homem) ou 85 (mulher). O servidor nessa situação fará jus à aposentadoria integral e com paridade.

## Assédio moral: doença causada pelo conflito de poder e interesse da sociedade capitalista

O assédio moral é um mal que a cada dia faz novas vítimas das mais diversas categorias, seja do serviço público ou setor privado, independente de sexo ou tempo de serviço.

Segundo Ana Paula Lopes, mestre em saúde do trabalhador pela Unifesp, para cada tipo de trabalho há um modo específico de adoecimento. E no serviço público a situação é agravada, pois a dor é invisível, subjetiva, de difícil percepção aos que cercam aquele que padece do mal. A doença só se revela quando chega a um ponto crucial: falta de condições morais para realizar quaisquer atividades. “Ninguém acha que sofre de assédio moral”, comentou Ana Paula.

A principal característica do assédio moral é a continuidade, a repetição. A abordagem se dá em relações hierárquicas, das chefias para os subordinados, e envolve abuso, constrangimento e humilhação, explícita ou mascarada, e que podem manter-se mesmo em relações de trabalho mais amenas.

No serviço público, o assédio mo-



*Floriano Martins explica os temas relacionados à aposentadoria*

ral costuma afetar o lado fisiológico, onde o trabalho acaba fazendo papel de regulador do organismo, e ter cargas psíquicas, como preocupações e nervosismo por conta do excesso de serviço, motivando o indivíduo, por exemplo, a intensificar e acelerar suas atividades.

Outro agravante no serviço público é a função comissionada. De acordo com Ana Paula, o trabalhador indicado para tal cargo vira eterno devedor daquele que o escolhe, pois ele sucumbe à pressão de seu superior sob a ameaça de perder a posição conquistada.

Esgotamento emocional, estado de apatia inerente e depressão são as moléstias que mais afetam os trabalhadores. O assédio constante também pode culminar na Síndrome de Burnout, que gera impotência e faz com que a pessoa passe a não ver sentido em nada do que faz.

Para Ana Paula, todos os trabalhadores estão na mira do assédio moral e podem vir a ser a próxima vítima. “Essa é a doença da sociedade capitalista, onde há conflito de interesses e de poder”, ressaltou.

## Direito de greve: a vez da repressão “democrática”

A greve é uma forma utilizada pela classe trabalhadora para forçar o patrão a atender suas reivindicações, quando da recusa das propostas discutidas na mesa de negociação.

Esse meio, segundo José Maria de Almeida, membro da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), está prestes a ser perdido pelo funcionalismo se for viabilizada a regulamentação da greve no serviço público, tal como já foi proposto através do projeto de lei da deputada federal Rita Camata (PMDB/ES). Zé Maria, como é conhecido o ex-candidato do PSTU às eleições presidenciais, também esteve em Santos durante a Semana do Servidor Público e explicou que, se aplicado, o PL usará como base as condições do direito de greve no setor privado, que prevê a possibilidade de contratação de trabalhadores substitutos aos funcionários grevistas se houver prejuízo para empresa afetada pela paralisação. As normas do setor privado ainda especificam que 40% do efetivo deve seguir trabalhando mesmo durante

a greve.

O texto do projeto de Rita Camata estabelece regras de negociação, normas para os chamados setores essenciais e também para o período posterior às greves, estabelecendo responsabilidades aos gestores públicos quanto ao cumprimento do que foi acertado entre as partes.

Para José Maria, a regulamentação do direito de greve para o serviço público é ruim: “Se o patrão [governo] em muitos casos, para ver o fim da paralisação, promete e não cumpre, imagina com todas essas limitações. Em vez de melhorar ou manter as condições que temos, vai piorar. Querem reprimir o nosso direito de greve, mas do direito a data-base ninguém fala.”, frisou.

No setor privado existe o contrato de negociação anual, e, quando assinado, o governo intervém por seu cumprimento. Essa é uma obrigação que o serviço público não tem. E se o governo, que é o chefe, não cumprir o contrato, quem vai obrigá-lo a exercer qualquer tipo de determinação? É nesse intuito que José Maria questiona a regulamentação do direito de greve para o serviço público e observa sua deficiência.

A única saída, de acordo com o palestrante, é o debate com a categoria, que, de forma organizada, pode fazer pressão sobre os deputados ou, no mínimo, atrasar a votação do projeto que regulamenta o direito de greve. Essa discussão entre a classe deve ser difundida através de informações em eventos, panfletos, informativos, entre outras formas de comunicação.

José Maria lembrou que hoje ainda é ainda mais difícil a luta sindical, pois aqueles que antes estavam ao lado da classe trabalhadora, a denominada oposição política, hoje são situação e pensam como todos os outros líderes governistas que já ocuparam tal posição, que todo e qualquer tipo de manifestação deve ser reprimido. Essa inversão de papéis provoca uma “devastação na consciência das pessoas”. A desilusão reforça um entendimento equivocado “de que todo dirigente é igual e, independente de quem vai estar no comando, vai sempre ficar na mesma”.

“Estamos numa fase em que há a necessidade de empurrar as pessoas para a luta novamente, pois elas estão decepcionadas com o sindicalismo no país”, defendeu Zé Maria. Para ele, a atuação deve ser, inclusive, dentro do Congresso. Deve-se mostrar à população que as manifestações são o reflexo da falta de política salarial e condições de trabalho, do desprestígio dos serviços públicos essenciais aos cidadãos. “Cabe a cada um de nós defender nossos direitos e estender para a categoria. Mais do que refletir, devemos nos organizar. Esse é o caminho”.

# Um passado ainda presente: Assojubs festeja duas décadas

**20** anos. Duas décadas de sonhos, crenças e perseverança. Dias de luta, dias de glórias, dias de frustrações. A história dos servidores do Judiciário revivida através de palavras, gestos e imagens. Muitos reencontros e inúmeras recordações, marcas de um passado ainda presente. Assim foi a comemoração do Aniversário de 20 Anos da Assojubs.

Da força e do desejo por dignidade brotou a semente. Com coragem, nobres companheiros fundaram esta Casa, venceram barreiras difíceis e mantiveram-se atuantes. Os tempos são outros, mas o ideal ainda permanece, pois as raízes jamais serão esquecidas. As mudanças foram necessárias, pertinentes e essenciais, o que em muito contribuiu para a evolução e crescimento da associação.

Pelas mãos de Miguel Archanjo Rollo Júnior, Mário

Sérgio Soares, Hortência Martinho e, atualmente, Hugo Coviello, respaldados pelo conjunto de suas respectivas diretorias, a Assojubs se consolidou como representatividade e se mostra como parte fundamental da narrativa do funcionalismo público no contexto do Judiciário Paulista.

Foi uma noite memorável, prevalecendo o carinho, a admiração e o respeito pela história da entidade e por todos aqueles que de alguma forma estiveram presentes nesse caminhar.

Miguel Archanjo Rollo Júnior, o primeiro presidente – e líder do grupo que iniciou essa trajetória –, recebeu da atual Diretoria uma placa para homenageá-lo, em nome de seus companheiros de luta e da fundação da Assojubs. O gesto, inesperado, quase o levou às lágrimas, pois falar da Assojubs é falar de sua própria história. A mesma história que faz parte das vidas de Mário

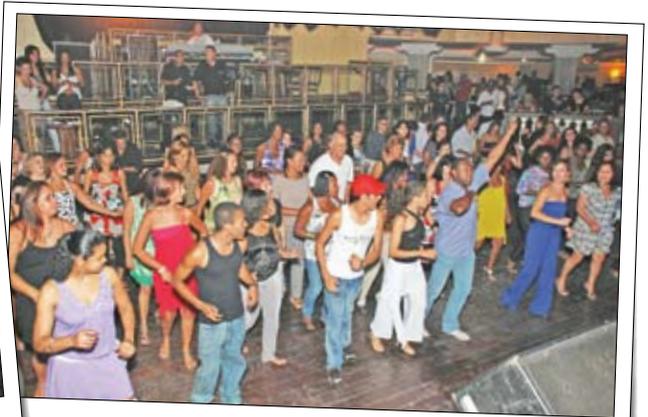
Sérgio, Hortência, de todos os associados e diretores que anos dedicaram ao fortalecimento da categoria e desenvolvimento físico e estrutural da associação.

Promovida na Royal Mercurio, em 12 de dezembro de 2008, a Festa dos 20 Anos da Assojubs reuniu aqueles que deram sua contribuição e os que ainda militam por nossa entidade. Uma data inesquecível.

No telão, a retrospectiva desses 20 anos: a fundação, reuniões com o Tribunal de Justiça, atos e manifestações públicas, paralisações, eventos esportivos, sociais e culturais, expansão, modernização e avanço estrutural. O sonho que virou realidade. A comprovação de que a luta dos trabalhadores é capaz de realizar.

E aos bravos companheiros, Hugo Coviello brindou: “Viva o servidor público! Viva a classe trabalhadora! Viva o povo brasileiro!”





Entrevista

# Miguel Archanjo Rollo Júnior, a história da fundação da Assojubs

Hoje advogado, mas outrora servidor público paulista. À época, seu pensamento fez coro aos de seus colegas e mudou o cenário do Judiciário na Baixada Santista, litorais Sul e Norte e Vale do Ribeira. Em 07 de dezembro de 1988, Miguel Archanjo Rollo Júnior liderou um grupo de funcionários santistas sedentos por respeito e dignidade e iniciou a trajetória sindical da categoria, antes órfãs de liderança contra o comando quase feudal existente nas sedes da justiça. Nesta data nasceu o Sindicato dos Funcionários do Poder Judiciário da Comarca de Santos, o Sinjubs.

E foi vanguarda. Tanto que o primeiro movimento grevista da história do Judiciário, em 1989, teve início na região. De Santos para o Estado, uma paralisação de dois meses, ultrapassada somente em 2001, quando, então, os servidores permaneceram 81 dias parados. Eram momentos difíceis e complicados, onde prevaleciam salários baixos e inexistência de auxílios. Pela necessidade, estes filhos não fugiram à luta e mostraram sua força perante um poder despótico.

O limite dos bolsos souu mais forte em um dos encontros para oficializar o estatuto do sindicato e uma proposta de paralisação foi aceita. Despreparados, mas aguerridos. De um jeito peculiar fizeram a mobilização acontecer. A guerra continua, mas essa batalha eles venceram. Memorável. Os fatos marcantes, você, leitor de O Processo, confere na sequência.

## O Processo - Por que criar um sindicato?

**Miguel Archanjo Rollo** - Em 1988, com a Constituição Federal, permitiu-se que o funcionalismo pudesse ter um sindicato que representasse a classe. Naquela época, veio um sindicato a Santos, classificado por nós de 'pelegos', de uma associação da elite do Judiciário, anterior ao Sinjesp, para chamar o pessoal a participar, apoiado pelo diretor do fórum da época, José Ricardo Tremura, e por sua cúpula administrativa. Acharmos um absurdo e fizemos uma reunião, que teve início no Seacon [Setor de Contabilidade do Fórum de Santos], onde eu era escrevente contador, e terminou no antigo "Bar do Nelson", local que hoje é o meu escritório, para avaliar aquela visita. Foi, então, que decidimos fundar um sindicato nosso, de servidores da região. E foi uma surpresa grande, pois a adesão foi em torno de 90% dos funcionários de Santos.

Marcamos uma primeira reunião na sede da

Humanitária [Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos], em que havia uma sala da Associação dos Oficiais de Justiça (Aojesp), a qual abrigou naquele momento o local onde organizamos o sindicato. E a cada reunião aumentava o número de participantes, tanto que o espaço ficou pequeno. O movimento foi crescendo. Sempre com mobilização, íamos a outras comarcas chamando os servidores, com reuniões e consequentes adesões.

Embora houvesse o Sinjesp, em São Paulo, muito mais avançado politicamente, em termos de mobilização, não tinha igual a nós. Para se ter idéia, na época eram 1.100 funcionários em Santos e nós tivemos, inicialmente, mais de 900 sindicalizados.

## O Processo - Quem fazia parte do grupo de discussão e onde ele nasceu?

**Miguel** - Tínhamos nos professores da rede estadual um modelo de luta, luta essa que, na minha avaliação, era zero no Judiciário. Quando surgiu o Seacon, conseguimos reunir umas cabeças boas, inclusive que apresentavam participações interessantes nos movimentos estudantis aqui e em São Paulo, um pessoal com pensamento avançado, que queria luta. O sonho, num primeiro momento, surgiu no Seacon (Fernando, Regina, Virgínia, Cláudio, Cosmo, Arnaldo e eu), sendo a gota d'água, que culminou na concretização, aquela reunião promovida pelos "pelegos". Daí, outros servidores juntaram-se a nós, dentre eles a Regina Queija, Marta Felipe, Maria (primeira vice-presidente), Silvio Sevilhano, Sandrinha, Haroldo, Celinha Amaral (primeira tesoureira), Virgínia Lobo, Sandra Paula, Rose, Marion e o Mário Sérgio [oficial de justiça, atual regente do Coral Assojubs], que veio a ser presidente depois. Uma turma formidável e com os mesmos ideais.

Naquela época era muito ruim o salário do funcionário do Judiciário. Não que hoje seja excelente, mas naquele período era pior. Não tínhamos plano de saúde e o salário era muito baixo se comparado a outras categorias.

## O Processo - Como foi esse processo de criação?

**Miguel** - Era uma novidade em termos de funcionário público. O ministério do Trabalho não aceitou a nossa documentação alegando que não éramos regidos pela CLT. Então, registramos em Cartório de Títulos e Documentos para que pudéssemos, com base em nosso estatuto, levar ao Tribunal de Justiça para ter o

desconto do pessoal filiado em folha de pagamento.

Naquele período existia uma disputa entre Sindicato União e Sinjesp para ver quem dominaria a base, qual dos dois seria o sindicato oficial do Estado. Fomos a São Paulo na tentativa de unificar a categoria. Optamos pelo Sinjesp, que nos apoiou na primeira greve, em 1989. Na ocasião, fazíamos parte do Comando de Greve e foi quando nós e o pessoal do Sinjesp nos conhecemos melhor.

Descobrimos que não poderíamos ser um sindicato da Baixada Santista e que somente seria autorizado o funcionamento de uma delegacia regional. E não queríamos isso, dado a força que tínhamos. E com o Sindicato União então, nem pensar, pois nossa luta era diferente.

Como vimos que não conseguiríamos a representatividade como sindicato, então, nos unimos ao Sinjesp. Para isso, organizamos um congresso entre nós e eles e o pessoal do interior. Lotamos três ônibus e fomos para São Paulo, na sede da CUT, se não me falta a memória. Todas as nossas propostas foram aprovadas e iríamos sair de lá tendo a diretoria do sindicato nossa, com meu nome indicado para ser o presidente, mas eles melaram e houve um grande quebra-pau. Embora tivéssemos o mesmo ideal, o pessoal do Sinjesp não queria perder a direção do sindicato. E nós, inclusive, nós contávamos com o apoio do pessoal do interior. Eles reuniam em torno de 40 pessoas. Nós conseguimos mais de 100. Nossas propostas foram aprovadas de bloco. Foi num sábado e domingo, aquela coisa de luta, dormindo em alojamento e muita discussão.

## O Processo - Como se deu a greve de 1989?

**Miguel** - Estudávamos durante as reuniões as formas de fazer o estatuto. Em uma dessas ocasiões, no Sindicato dos Conferentes, pois a sala dos oficiais não comportava mais tanta gente, alguém, se não me falha a memória foi o Haroldo, que era bem expansivo, propôs iniciar uma paralisação. Estávamos no limite de nossos bolsos, muitos em períodos de dificuldades. Então, pensamos: já que ninguém faz um movimento de greve, vamos fazer, vamos começar por aqui! Paralisamos o Fórum de Santos. E foi a primeira vez que eu vi o fórum com suas portas fechadas.

Não me esqueço, o diretor chegou em seu Galaxi, com motorista, e nós parados. Ele entrou e me chamou, informando que não ia

permitir que agíssemos daquele modo e que era ele quem dava as ordens ali, e que os serviços essenciais não poderiam ficar sem, pelo menos, um funcionário. Questionei quais eram os setores essenciais e, para minha surpresa, dentre outros, ele mencionou o ascensorista. Respondi que se era para levá-lo ao 7º andar, infelizmente, não seria possível. Ele esbravejou novamente e disse que mandaria me prender. Eu, calmamente rebati: O senhor pode mandar aqui em estado normal, em estado de greve, quem manda sou eu e não vai ter ascensorista. Ele subiu os sete andares e, como as escadarias eram envidraçadas, a cada andar que ele aparecia o pessoal no térreo batia palmas.

Quando chegou lá em cima, mandou me chamar de novo para conversar. Subimos e quando lá chegamos nos deparamos com todos os juizes da Comarca. Dos mais de 15, somente quatro apoiavam a greve. O diretor me comunicou que teríamos que voltar a trabalhar porque o Estado todo estava trabalhando, só nós em greve. E eu, com a maior naturalidade, respondi: Eu sei, doutor, a greve está começando por aqui e nós vamos para o Estado. Ele, então, me comunicou que o presidente do Tribunal, Nereu César de Moraes [1988/1989], queria falar comigo.

Fui para São Paulo acompanhado do Márcio França, oficial de justiça, e que à época exercia a vereança em São Vicente. Ele nos arrumou um carro da Câmara vicentina e fomos até o encontro do presidente do TJ, no Palácio da Justiça. Ao chegar, como o veículo era chapa branca, ninguém contestou nossa entrada. Disse que o presidente queria falar comigo e me deixaram entrar, sem, sequer, perguntar quem eu era. Subimos e fomos 'peitar' o homem. Ele, por sua vez, explanou que só nós estávamos em greve e que não ia nos receber oficialmente porque isso só seria possível se a paralisação fosse geral. Afirmei, então, que dali a alguns dias voltaria. Retornamos para Santos e depois de 15 dias fui falar com ele, como membro da Comissão de Greve. O Estado estava todo parado. Isso até me arrepiou, pois é histórico.

## O Processo - Como foi o trabalho subsequente?

**Miguel** - Começamos o processo de articulação. Era uma necessidade, o funcionário do Judiciário ganhava muito pouco. Foi um movimento que teve ampla divulgação, o primeiro movimento grevista do Judiciário. E quando ganhamos a mídia, foi uma baita propaganda

para nós, pois alertou o Estado todo, vinha até gente do interior para cá ver o que estava acontecendo.

### O Processo – Conquistas?

**Miguel** - Fizemos um estudo das perdas salariais e demonstramos essas perdas do funcionalismo, a parte de convênio médico, auxílio refeição, entre outras coisas. Tivemos um pequeno aumento, um agradinho, mas que não significava nada em termos de perdas salariais. Algumas reivindicações surgiram daquela mobilização.

### O Processo - Quanto tempo durou a paralisação?

**Miguel** - Uns dois meses. Esse recorde foi quebrado há pouco tempo, em 2001, [foram 81 dias de greve]. Era uma loucura, os advogados preocupados com as guias...hoje, eu até entendo a preocupação deles.

### O Processo - E após o término da greve?

**Miguel** - Começamos a nos organizar enquanto entidade. Tivemos até uma articulação em torno de uma federação do Judiciário, em Mato Grosso do Sul. Participamos de todas essas articulações e, em paralelo, fazíamos o nosso trabalho. Fiquei na Presidência do sindicato por um ano, quando o Mário Sérgio me substituiu. E não houve nem eleição, foi por aclamação.

Nesse tempo em que fui presidente não tínhamos sede, aliás, não tínhamos nada. Precisávamos de um local e alugamos um espaço na Rua Amador Bueno, onde minha mãe foi a fiadora. Eu tinha plenas condições para permanecer, mas tinha em mente outros planos. Estava na faculdade [de Direito], pedi exoneração do Tribunal e abri meu escritório. O Mário, que era o secretário dessa primeira gestão, era muito atuante e acabou indicado para me substituir.

### O Processo - A greve de 89 foi tida como um desafio à figura pessoal do diretor do fórum?

**Miguel** - Ele levou dessa maneira, a princípio. Ele achava que era dono do fórum. O que foi memorável nessa primeira greve é que pessoas marcantes do cenário político como Márcio França, Telma de Souza, Mariângela Duarte e Aloísio Mercadante, nos apoiaram, subiram em caminhão de som para discursar e mostrar irrestrito apoio ao movimento.

### O Processo – Os servidores sofreram ameaças?

**Miguel** - Quando abraçamos o Fórum, o diretor ameaçou nos prender, mas só.

### O Processo – Quais as ações feitas durante a greve?

**Miguel** – Vigília. Fazíamos vigília direta.

Era engraçado porque não sabíamos nem fazer greve. Convocávamos o pessoal assim: Vai lá amanhã para a porta do fórum. E os servidores iam. O pessoal queria saber se era para voltar a trabalhar, se não era, o que era para fazer...era diferente.

Fizemos passeatas em São Paulo, em frente ao Tribunal de Justiça, invadimos a Assembleia Legislativa. E aqui em Santos fizemos em frente à Praça Mauá, fomos recebidos pela Telma, que era prefeita na época e apoiava o movimento.

### O Processo - Essa invasão à Assembleia é aquela realizada junto aos professores?

**Miguel** - Isso. Ficamos vários dias. No meio da nossa greve estourou também a dos professores. Teve um movimento muito grande na Assembleia e aquele pátio do estacionamento ficou repleto de funcionários públicos. E apesar de intensa a manifestação, não houve confusão.

### O Processo – Lembrança de algum momento em especial?

**Miguel** - A própria criação do sindicato, pois nasceu de uma reivindicação da categoria, uma categoria sofrida. Era uma necessidade do funcionalismo. Ele era tão machucado que quando surgiu algo em que ele pudesse se segurar, demonstrar que era vivo, que era força, ele agarrou.

### O Processo - Como o pessoal se posicionava politicamente naquele momento, ano da primeira eleição direta para presidente?

**Miguel** - Foi um cuidado que tomamos no processo de criação do sindicato. Embora fosse filiado ao PDT, jamais trouxe a política partidária para dentro do sindicato, pois poderia afundar antes mesmo de começar.

E foi legal porque aquela diretoria tinha integrantes de diferentes afinidades partidárias, mas não discutíamos política lá dentro, somente a situação da categoria. Foi uma sorte que nós tivemos e todos adotaram essa linha.

### O Processo – Como você observa a consciência do pessoal daquela época e de hoje, falta engajamento?

**Miguel** - Olha, fiquei surpreso com a última greve, achei uma mobilização muito forte. Não sei os bastidores dela, vi pelo lado de fora, mas achei muito bem organizada. Só há uma certeza: quando há a perda salarial, se consegue fazer uma greve de grande proporção, não tenha dúvida. Foi o que aconteceu com o nosso grupo naquela época e o que aconteceu na última greve. Mesmo ganhando um pouquinho mais, a categoria não está contente. E por razões lógicas.

### O Processo - Como advogado, como



Miguel Rollo fala sobre a criação da associação

**viu os últimos movimentos grevistas em relação à posição que a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - acabou tomando? Num primeiro momento se mostrou contrária à paralisação, mas disse entender e achar justa a reivindicação dos servidores. Só que pouco trabalhou para esse entendimento e em alguns casos pediu uma cobrança de punição aos funcionários.**

**Miguel** - Com tristeza. Muito embora os advogados dependam do Judiciário e seus funcionários, em meu ponto de vista, se for para ajudar, tudo bem, porém, se for para prejudicar, que nem se manifeste. A direção da OAB naquele momento foi infeliz.

Em 2004, eu tomei uma posição e fui ao movimento grevista falar em favor do funcionário. Eu não posso apagar meu passado, minha origem é no funcionalismo. Brigo e vou continuar brigando. A OAB naquele momento não ajudou e quase houve confronto. Sou contra ver qualquer entidade se envolver em manifestação alheia para atrapalhar ou prejudicar.

### O Processo – E o movimento da OAB em termos de ideologia política? Vale lembrar que no passado ela foi uma das mais combativas em relação à Ditadura Militar.

**Miguel** – Hoje, existe na advocacia quase o mesmo problema que nós tivemos no começo do nosso movimento sindical. Milhares de advogados se formam, passam no exame da Ordem, juntam um dinheiro, abrem seus escritórios e, em muitos casos, pouco mais de um ano, fecham suas portas. Acontece muito. Há advogados que estão na mesma situação dos servidores do Judiciário daquela época. É complicado, as oportunidades que existem para escritórios de advocacia são escassas.

### O Processo – Em sua opinião, o que precisa mudar no Judiciário?

**Miguel** - Informatização total. Por exemplo, sou a favor do uso de videoconferência a fim de evitar o gasto do dinheiro público ao colocar um réu na frente do juiz. Mas, que se deixe claro que não é uma informatização visando

eliminar os servidores, pois o papel operacional deles deve permanecer.

### O Processo - E a situação da justiça brasileira?

**Miguel** – Lamentável. Vejo em meu escritório que, em determinados processos, para expedir um mandado de citação há uma demora de dois, três meses. Em compensação, um habeas corpus para o Daniel Dantas sair às 22 horas de um domingo. É inadmissível. Nem todos os juízes têm a competência necessária para exercerem suas atribuições. É uma tristeza em um país maravilhoso e rico como o nosso, em que nada, por enquanto, nos falta, ver tanto desrespeito, ver, por exemplo, que o cidadão não obedece uma faixa de pedestre, um sinal vermelho...

### O Processo – Você entende que ela atua como Justiça de classe?

**Miguel** – A Justiça deveria ser uma só para todos. Deveria, mas, infelizmente, não é o que acontece. Aliás, em qualquer área não é dessa forma.

### O Processo – É um orgulho constatar o crescimento da ASSOJUBS e saber que fez parte de sua história?

**Miguel** - Nós tínhamos um ideal, mas, jamais sonhei estar em um lugar como este [o auditório da associação, onde ocorreu a entrevista], em uma sede desta. Por mais que eu sonhasse, jamais imaginei que nós estaríamos aqui. É uma luta maravilhosa de todos que estiveram aqui, não só das diretorias, mas, de todos os sindicalizados, hoje associados.

Quando passo na frente e olho para a associação tenho a mesma sensação de que se estivesse olhando para um filho meu, pois vi nascer, crescer e alcançar o patamar de representatividade que tem.

Eu não posso me distanciar jamais daqui, a Assojubs está dentro de mim. A nossa associação, digo nossa porque me sinto parte dela, é exatamente como um filho, e quem o tem sabe do que estou falando. Um carinho muito especial. Valeu à pena!

# Grupo Ajuda: cinco anos de trabalho voluntário no Fórum de Santos

**E**m 20 de maio de 2003 um grupo de amigos do Fórum de Santos deu início ao projeto chamado Grupo Ajuda. A idéia, cultivada até hoje, consiste em prestar assistência a entidades da região central da cidade através de doações recolhidas entre os servidores. Um trabalho mensal realizado com muita dedicação, visando sempre o auxílio ao próximo.

A concepção de formar um grupo para desenvolver tal trabalho foi de Wanderlei Fernandes, conhecido como Dudu, que apresentou a proposta para os colegas mais próximos, os quais ele acreditou que teriam disponibilidade e boa vontade para fazê-lo. Reuniram-se 15 pessoas, organizaram-se, traçaram a meta e arregaçaram as mangas para colocar a sugestão em prática. O resultado está aí: cinco anos de uma campanha solidária que muito já contribuiu para tentar amenizar as diferenças existentes na sociedade.

Muitos servidores já fizeram parte do Grupo Ajuda. Alguns se desligaram e outros permaneceram. Casos de Jucelina Nunes dos Santos, a Juju do 6º Ofício Cível, e Iara Santucci Bouças Pinto, 7º Ofício Cível, participantes ativas desde a época de Dudu. “Lembro até hoje dele nos contando que teve um sonho no qual passava por uma pessoa que pedia ajuda. Em resposta à pessoa, ele dizia não poder ajudá-la, mas que chamaria os amigos para isso. Foi assim que nasceu o Grupo Ajuda”, relembra Iara.

A primeira arrecadação do grupo foi destinada ao Gapa, Grupo de Apoio à Prevenção à Aids, num total de uma tonelada de alimento recolhido pelos companheiros do Fórum de Santos. “Foi maravilhoso, inesquecível. Serviu de incentivo para nós, uma prova de que idéia daria certo”, conta Juju.

O trabalho realizado pelos voluntários do Grupo Ajuda funciona da seguinte forma: todo mês é escolhida uma entidade diferente para receber as doações, e após essa definição panfletos são distribuídos aos cartórios com a solicitação do mantimento e a entrega é feita na Assojubs. Em cada cartório há um responsável por fazer a coleta dos produtos ou do dinheiro para a compra dos mesmos. Cada servidor participante contribui com o que pode, não é especificado quantidade ou valor.

As reuniões para a indicação da casa a ser assistida acontecem na última semana do mês, fora do horário de trabalho dos voluntários. Há ocasiões específicas, como o Dia das Crianças e o Natal, em que o Grupo Ajuda solicita brinquedos ao invés de mantimentos. Em dezembro do ano passado, por exemplo, foi pedido água para enviar aos sobreviventes da tragédia de Santa Catarina, onde diversas cidades ficaram submersas devido às constantes chuvas.

Por presenciarem diariamente os milhares de casos que tramitam na Justiça, os servidores conhecem bem as desigualdades existentes na sociedade. E é esse coti-

diano que os fazem se envolver com afinco no projeto, tentando proporcionar um fio de esperança aos que tanto necessitam. “A gente sente o alívio das pessoas, a alegria e emoção ao verem a contribuição chegar. E isso é indiscritivelmente gratificante para nós”, relata Juju.

“Sabemos que é um trabalho de formiguinha, mas conseguimos conscientizar os colegas do quão importante é esse atendimento que prestamos. O Grupo ajuda só existe e deu certo devido à contribuição dos voluntários”, diz Iara, com palavras recheadas de orgulho pela iniciativa.

E nos diferentes bairros da cidade, ao lado de cada um, há uma entidade, alguém precisando de um apoio, um auxílio. É por isso que Iara e Juju deixam um recado para os demais funcionários do Judiciário, área que concentra um grande potencial humano: observe ao redor de sua comarca, pois, com certeza, um Grupo Ajuda faria muita diferença!

## Casas assistidas

Ao longo desses cinco anos, o Grupo Ajuda já prestou assistência a diversas entidades da região do Centro e Vila Nova, locais do município extremamente carentes. Nessa relação estão: Grupo Luiz Monteiro de Barros, Associação dos Cortiços, Associação Prato de Sopa, Creche João Paulo, Projeto Pérola, Grupo Esculpir, Casa do Caminho, Creche Padre Bento, Casa da Esperança e Grupo João Cabete.

## Tia Tuka e seu Doutores Patrulha da Alegria: fábrica de risos

Contribuir de alguma forma para amenizar o sofrimento das pessoas e trazer o riso de volta a uma face tristonha e sem ilusões ou perspectivas. É esse o trabalho da oficial de justiça Simone Sebedelhe, da 3ª Vara Cível de Santos, que travestida de Tia Tuka Serelepe, um personagem do grupo Doutores Patrulha da Alegria, do qual faz parte, participa de diversos tipos de atividades, seja fazendo visitas em creches e hospitais ou participando de projetos sociais voltados para comunidades carentes.

O Doutores Patrulha da Alegria foi criado em 2004, mas Simone é engajada com o voluntariado desde os 14 anos. O conceito de ajudar o próximo vem dos ensinamentos da mãe da servidora, uma cabelereira que habitualmente costumava fazer cortes gratuitos para aqueles que não tinham como pagar pelo serviço.

E ela atua em várias vertentes: também promove peças de teatro para moradores de rua de um abrigo municipal, participa de ações de cidadania e transforma materiais recicláveis em brinquedos e peças de artesanato.

Atualmente o Doutores Patrulha da Alegria conta com 10 integrantes fixos e uma sede pequena, mas o grupo está sempre aberto a receber voluntários: “Para se juntar a nós não é preciso ter curso ou ser diplomado. É só ter boa vontade, tempo, disposição e amor no coração!”. A recompensa a essa dedicação são os pequenos gestos de carinho e a alegria como forma de gratidão pelos poucos momentos em companhia da Tia Tuka, que fazem crianças e idosos lembrarem-se do quanto é bom sonhar e sorrir. “Essas ações me trazem uma realização pessoal imensa e com isso me renovo do desgaste do cotidiano”.

A descontração dá o tom da passagem de Simone como Tia Tuka. Através de gracejos, ela orienta, ensina e leva conforto àqueles que passam por longos períodos de internação, sofrem de algum tipo de doença grave, estão à beira da sociedade ou somente neces-



assojubs 20 anos  
um novo tempo,  
uma nova imagem

sitam de um pouco de afeto e atenção.

“Em certa ocasião, num residencial para idosos, entrei em um quarto, atendendo ao pedido da filha da paciente, e comecei a fazer minha bagunça com a senhora, que não respondia. Em um dado momento, ela passou a mão no meu rosto e elogiou minha beleza. A filha, emocionada, comentou que era a primeira vez, em meses, que a mãe pronunciava uma palavra. É por situações como essa que penso que vale a pena, mesmo com as dificuldades encontradas, continuar ajudando as pessoas!”, vibra.

Ver a felicidade das crianças ao estarem em contato com a Tia Tuka também é imensurável para Simone. Elas são muito receptivas com a turma do Doutores Patrulha da Alegria, conversam, brincam e esquecem dos problemas por quais estão passando. Às vezes o grupo encontra resistência, mas nada que um trato mais especial não resolva: “Algumas delas são áspe-ras conosco, preferem manter-se distantes. A carência é muito comum, e às vezes é pior do que a própria doença porque maltrata o lado sentimental”.

E a família de Simone a acompanha nessa tarefa, pois o marido, Paulo Rogério da Silva, que juntamente com a oficial de justiça fundou o grupo, e o filho, Thales Sebedelhe a auxiliam no trabalho. No Doutores Patrulha da Alegria, são o Doutor Fritas e o Doutor Parafuso Sem Nome, respectivamente.

### Projeto

Esse faceta articulada de Simone, que ora exerce o papel de transmissora de alegria, ora desempenha seus dotes de orientadora educacional, passando informações sobre os mais diferentes temas, rendeu um convite para ensinar as mães de pacientes internados devido a tratamentos de saúde a confeccionar peças utilizando-se de materiais recicláveis. “São mães que, praticamente, fazem a internação junto com os filhos, pois passam mais tempo nos hospitais do que em suas próprias casas. E para suavizar a espera, que chega a ocorrer por longos períodos, a coordenação da Santa Casa me fez essa proposta para promover oficinas com as genitoras”.

Essa possível parceria entre o grupo Doutores Patrulha da Alegria e a Santa Casa de Misericórdia de Santos está em estudo, sem previsão para sua viabilidade.

O Doutores Patrulha da Alegria tem sede Rua Vital Brasil, 19, fundos, Marapé, em Santos. O telefone para contato é 3019-8449.



Tia Tuka Serelepe em ação



As crianças da Associação Unidos

## Futuro Campeão de Cubatão: servidora coordena projeto voltado ao atendimento às crianças

A comunidade próxima ao Parque Fernando Jorge, em Cubatão, há 10 anos conta com um espaço para que as crianças do bairro possam fazer atividades esportivas e lúdicas, proporcionando educação e entretenimento a fim de evitar a descoberta da criminalidade e do vício, realidades tão comuns em áreas de periferia e bairros populares na Baixada Santista.

E é aí que se encaixa a escrevente Regina Célia de Santana Santos, do 3º Ofício Judicial de Cubatão. Encerrado o expediente forense, ela se dedica integralmente ao projeto denominado Futuro Campeão, que dispõe das dependências da Associação Unidos, para prestar atendimento à garotada residente naquela região do município.

O Futuro Campeão é hoje uma entidade sem fins lucrativos, que funciona sob o regimento de estatuto, cadastrado legalmente junto à Prefeitura local, um trabalho de organização estrutural feito por Regina

assim que ela decidiu se tornar voluntária e se envolver na coordenação do projeto.

Antes disso não havia documentação e nem registro. A idéia inicial foi do professor de karatê Luís Antônio, que resolveu reunir um grupo de crianças e ensiná-las as técnicas da modalidade, visando preencher através do aprendizado o tempo ocioso dos pequenos. Sabendo da opção, a servidora levou seus filhos para praticar o esporte. Houve o interesse pela iniciativa, começou a ajudar, se engajou e atualmente é uma das responsáveis pelo trabalho.

O crescimento do projeto se deu devido ao fato das crianças, por gostarem tanto do lugar, permanecerem além do horário previsto. Houve, então, a necessidade de expansão e busca por especialistas para auxiliar no desenvolvimento e formação das crianças. Hoje, o Futuro Campeão conta com o serviço voluntário de uma nutricionista, uma pedagoga, um professor de matemática, quatro psicólogos e alunos multiplicadores, que auxiliam os pequenos em suas tarefas da escola, sem contar com as aulas de karatê, que continuam a existir. “Além do suporte à garotada, há também o respaldo para as mães, que participam e recebem ensinamentos de como fazer suplementação alimentar em casa e a utilizar sobras de alimentos, evitando o desperdício e economizando”.

Além dos profissionais que auxiliam para que a entidade continue ampliando seu atendimento, há outros tipos de voluntários, que se oferecem para consertar utensílios e máquinas quebradas ou auxiliar na limpeza. Empresas e pequenos

comércios costumam contribuir em épocas festivas, como no Dia das Crianças e Natal, fazendo doações de brinquedos ou material para a realização das comemorações. “A gente dá sempre um jeito, conversa aqui, solicita ali, e acaba conseguindo dar aquilo que eles tanto necessitam”.

O projeto funciona todas as segundas, quartas e sextas-feiras, das 18 às 22 horas. Nesses dias, Regina sai do fórum, deixa os trajes de servidor público e veste as roupas de gala, apropriadas para multiplicar carinho e afeto. “Sou transplantada renal e vi a morte de perto. Ao me recuperar pensei que poderia fazer a diferença, contribuir para melhorar um pouquinho a vida das pessoas. E tenho orgulho de ter me apresentado como voluntária. Lidamos com crianças em situação de risco [por morarem em locais onde o tráfico comanda e por terem casos de prostituição ou criminalidade na família] e nunca tivemos problemas com isso. E isso é reconfortante!”

### Sonho

Para este ano a meta de Regina é ampliar o horário de funcionamento do Futuro Campeão, visando a possibilidade das crianças permanecerem mais tempo no projeto. Para isso, a servidora já inscreveu a entidade no Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, buscando ser inserida no rol de casas assistidas mensalmente pela Prefeitura Municipal de Cubatão.

A Associação Unidos – Projeto Futuro Campeão fica na Avenida Tiradentes, 100, Parque Fernando Jorge, em Cubatão.

# Funcionalismo permanece na luta por um atendimento de qualidade no Iamspe

A luta pela ampliação, descentralização e melhoria da prestação de atendimento médico ambulatorial do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) continua. E conta com a participação expressiva da Assojubs e das demais entidades que formam o Conselho Regional da Comissão Consultiva Mista, com representantes da Baixada Santista e Litoral Sul.

Além da Assojubs, participam desse trabalho a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), CPP (Centro do Professorado Paulista), Apampesp (Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo), Sindsaúde (Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo) e Sifusp (Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo).

Hoje, o Iamspe sobrevive devido à contribuição mensal dos servidores – descontados compulsoriamente em 2%. O repasse paritário de recursos por parte do Governo do Estado não existe, o que acaba por disponibilizar uma estrutura precária em termos de consultas e exames, pois há filas de espera de no mínimo seis meses, falta de médicos e ausência de centros de atendimento nas cidades do interior e litoral, caso da Região Metropolitana da Baixada Santista, onde há apenas um Ceama (Centro de Assistência Médica Ambulatorial) para uma demanda de cerca de 20 mil funcionários públicos.

O instituto agoniza por falta de recursos. Não dispõe da contribuição do Governo do Estado – desde a criação do Iamspe, em 1952, ainda denominado Damspe, o repasse nunca ocorreu – e nem pode receber verbas do Sistema Único de Saúde, pois destina-se exclusivamente ao funcionalismo. Nem mesmo no período em que o Executivo foi liderado por um médico, Geraldo Alckmim (PSDB), a situação foi melhor. Uma total incoerência.



Presidente da Assojubs discute os problemas de atendimento com Latif Abrão Júnior

Na gestão de José Serra os servidores continuam à mingua, não só do arrocho salarial mantido pelo governador, quanto à mingua de um atendimento de saúde decente e condizente com a contribuição do servidor. Para piorar, transferiu a administração do instituto da secretaria de Saúde para a Secretaria de Gestão Pública, pasta liderada pelo empresário e ex-deputado estadual Sidney Beraldo.

## Encontro Estadual da CCM: servidores contestam argumentos de superintendente

Em continuidade às discussões sobre a problemática envolvendo o instituto, ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de novembro, no auditório do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), em São Paulo, o V Encontro Estadual da Comissão Consultiva Mista do Iamspe. A Assojubs esteve representada pelos diretores Maria Kill Dany Castro e Laércio Armesto e por seu presidente, Hugo Coviello.

Foi a primeira vez, desde que o Conselho Regional da CCM foi composto, que um debate contou com a presença de Latif Abrão Júnior, superintendente do Iamspe. E os servidores não perderam a oportunidade de questioná-lo, contestando dados e números por ele apresentados, o que gerou

um acalorado bate-boca entre as partes.

Latif refutou inúmeras vezes. Ora disse alegar falta de recursos, ora explicou existir um repasse do Governo do Estado - de R\$ 250 milhões por três anos. O presidente da Assojubs contestou, pois "trata-se de uma obrigação do Executivo, sem contar que o valor é irrisório perto da contribuição dos servidores, cerca de R\$ 450 milhões ao ano".

O superintendente reconheceu o problema, mas argumentou: "Você acha que é fácil, amigo? Quero ver você vir, sentar aqui e fazer". De imediato Hugo Coviello e o companheiro Ênio, da Apeoesp Litoral Sul, se dirigiram ao palco onde estava sentado Latif.

O superintendente, então, retrucou que "não admitia ser desrespeitado" e teve que ouvir de boa parte da plenária "que são os servidores que não admitem serem desrespeitados". Coviello contradisse que "desrespeitar é dar uma resposta como essa, quando se é questionado por aqueles que são os verdadeiros contribuintes, os servidores".

A proposta de Latif é voltada para uma política de convênios médicos com hospitais e clínicas particulares e não para a ampliação das atuais estruturas dos Ceamas. De acordo com o superintendente "falta

gestão e não dinheiro", culpando as "desadministrações anteriores" (sic) pela ineficiência do instituto. Mas, para a maioria dos participantes, pode-se considerar um passo para terceirização.

Para o presidente da Assojubs, culpar a "desadministração" anterior sem apontar o responsável e sem identificar o que aconteceu, se recursos sumiram ou não, ou como foram gastos, é fácil. "Se houve problemas, eles precisam ser apurados e os servidores têm que saber. E para isso, só uma auditoria".

"É o mesmo grupo político que administra o Estado há 14 anos seguidos, mas, se levarmos em conta que participamos do início do Governo Quéricia e que pessoas do Governo Fleury também estão nesse grupo político, podemos dizer que é o mesmo grupo político que está há 26 anos no poder", comentou Coviello. E completou: "Como é que agora os problemas são da gestão passada? O Alckmim [Geraldo, ex-governador] dizia que tinha dado 'um choque de gestão', e o atual superintendente do Iamspe diz que o problema é de gestão? Isso é contraditório!"

"Temos é um problema de atendimento motivado por falta de recursos porque o Estado não repassa uma cota parte paritária à do servidor por problemas de admi-

nistração. E, agora, ao nosso ver, por um modelo equivocadamente que privilegia a terceirização à estrutura própria”.

Presidente da Assojubs é eleito para presidir a Comissão Regional da Baixada Santista da CCM/Iamspe

No final de dezembro de 2008 foi eleita a nova Comissão Regional da Baixada Santista da CCM/Iamspe. Devido ao trabalho realizado pela Assojubs, através dos diretores Laércio Armesto e Maria Kill, além de Hugo Coviello, o nome do presidente da Assojubs foi indicado para presidir a Comissão pelos próximos dois anos. Também foi eleito como vice-presidente o professor Ênio, da Apeoesp Litoral Sul, e a professora aposentada Neide, representante da Apampesp na Baixada Santista.

#### Atendimento Hospitalar na Baixada: nova frustração

Latif Abrão Junior, superintendente do Iamspe, afirmou, por duas vezes, em novembro e no final de Janeiro, que estava 99% certo o contrato entre o Instituto e a rede particular de pronto-atendimento e atendimento hospitalar do Hospital Ana Costa. Essa foi uma das reivindicações do Conselho Regional da Baixada Santista, em caráter emergencial, diante da falta de atendimento e das condições limitadas do Ceama de Santos. O conselho, porém, reivindica a existência de um Ceama no Guarujá, outro em Itanhaém e a ampliação da estrutura do Ceama de Santos.

Em janeiro, inclusive, o superintendente do Iamspe, na solenidade de abertura dos trabalhos da Comissão Consultiva Mista (CCM) em 2009, chegou a afirmar que assinaria o contrato no dia seguinte (27/01), ao ser cobrado por Hugo Coviello, presidente da Assojubs e da Comissão Regional da Baixada Santista da CCM/Iamspe e pelo professor Guilherme Nascimento, da Capesp, e também membro da Comissão Regional da CCM.

Porém, em fevereiro, ainda sem nenhuma oficialização e após pressão dos componentes da CCM, a diretoria do Iamspe respondeu a Sylvio Micelli, presidente da CCM, que não haverá mais assinatura de convênio com o Ana Costa, ou ao menos com o hospital de Santos, deixando em aberto a possibilidade de atendimento pela rede desse hospital nas outras cidades da Baixada Santista.

Assim, mais uma vez os servidores públicos da Baixada Santista continuam negligenciados pelo Governo do Estado, através do Iamspe, em relação ao atendimento hospitalar e aos cuidados com sua saúde. E o pior é que os servidores públicos da região continuam pagando por um

serviço de suma importância que, praticamente, não existe, ou melhor, existe, mas sua disponibilidade – um Ceama e algumas clínicas conveniadas – possui limitações de atendimento que comprometem a saúde do servidor público do Estado.

Para Coviello, os servidores precisam se mobilizar e reagir a essa situação caótica e absurda: “Parece que estão brincando com a saúde do servidor. Faz mais de 20 anos que não temos atendimento médico hospitalar na região pelo Iamspe, apesar de continuarmos a ser descontados mensalmente”. E continuou: “A tabela que o Iamspe se propõe a pagar aos hospitais é baixa, apesar de tudo o que pagamos, Então, é preciso fazer auditoria no Instituto e para nós, usuários, só resta a organização e a mobilização”.

O presidente da Assojubs responsabilizou a atual gestão do Iamspe e o Governo do Estado pela situação. “A nova gestão é boa para fazer propaganda desses conceitos liberais de gestão e botar a culpa nos antecessores, que eram do mesmo grupo político de Serra, mas, na prática, nada mudou. Vai ficar para a história que enquanto o PSDB foi governo em São Paulo, com todos eles, Covas, Alckmin e Serra, a saúde do servidor público foi um desastre”.

#### Outro absurdo: convênios novos... mas só para consultas

Hugo Coviello também criticou os convênios recentes firmados entre o Iamspe e clínicas e consultórios particulares. Apesar de toda a propaganda do governo tucano de José Serra, os convênios realizam apenas consultas.

Nenhum procedimento necessário ao tratamento dos pacientes nas especialidades conveniadas tem cobertura, ou seja, servem apenas para consulta. Mesmo as clínicas conveniadas, que oferecem os tipos de procedimentos necessários a um determinado tratamento – em outros convênios ou através de pagamento –, não possuem autorização para realizá-los, pois o Iamspe só paga a consulta.

Os procedimentos devem ser feitos nos hospitais conveniados da região – no caso da Baixada Santista, só o Hospital Estadual Guilherme Álvaro, normalmente superlotado.

O presidente da Assojubs também criticou o que considera mais um descaso. “Além de faltarem especialidades básicas como ortopedia, as clínicas que fizeram convênios servem apenas para consulta, pois não estão autorizadas a fazer nem curativo. Desse jeito é melhor procurar o SUS por que pelo menos lá, apesar da demora, eles fazem tudo o que precisa”.

## Substituição do chequinho pelo cartão de compras Vale Card

A partir de abril o sistema de compras da Assojubs denominado Cheque Convênio, o “Chequinho”, será substituído pelo cartão magnético Vale Card, com ampla rede de estabelecimentos conveniados, inclusive grandes supermercados, que pode ser utilizado em todo o país.

O cartão será entregue aos associados que efetuarem a solicitação na Secretaria, sede Santos e sub-sede São Vicente. Os associados das demais comarcas deverão fazer o

pedido por telefone (13) 3223-2377 ou pelo e-mail [secretaria@assojubs.com.br](mailto:secretaria@assojubs.com.br).

A partir do desbloqueio do cartão, independente de sua utilização, será cobrada uma taxa mensal de manutenção no valor de R\$ 3,00. Os limites permanecem inalterados. Com o Vale Card, os associados poderão dispor da agilidade na hora do pagamento e consulta de saldos. Acesse o site [www.valecard.com.br](http://www.valecard.com.br) e veja a lista dos estabelecimentos conveniados.



## Novos Convênios

### São Vicente

#### Faculdade UNIBR

Av. Capitão Mor Aguiar, 798  
Tels./: 3569-8200 / 0800-7711213

#### Colégio Integração

Av. Capitão Mor Aguiar, 572  
Tel.: 3569-8100

### Santos

#### Colégio Borba Gato

Av. Ana Costa, 272  
Tel.: 3323-3693

#### Colégio Estrela

Educação Infantil e Ensino Fundamental  
Rua Benjamin Constant, 26, Embaré  
Tel.: 3326-1396

### Colégio Gênesis- Papel Crepom

Ed. Infantil e Ensino Fundamental  
Rua Martim Francisco, 231, Encruzilhada  
Tel.: 3235-4953

#### Colégio Liceu

São Paulo  
Av. Ana Costa, 146,  
Vila Mathias  
Tel.: 3234-1042

### Psicóloga Clínica

Dulcilene Souza Vaz de Oliveira  
CRP- 06/89334  
Av. Siqueira Campos, 498, cj 02  
Rua República Argentina, 09, casa 01  
Tel.: 3011-0262 / 8125-2090

## GALERIA DE FOTOS: RETROSPECTIVA ESPORTIVA

# Futjubs 2008: São Vicente leva o caneco da competição

- Jogos foram realizados no período de 13 de setembro a 22 de novembro
- Promovido pela Diretoria de Esportes e Lazer da Assojubs, o Futjubs contou com o apoio da Unisanta e do Sesc Santos, que disponibilizaram seus ginásios para as partidas



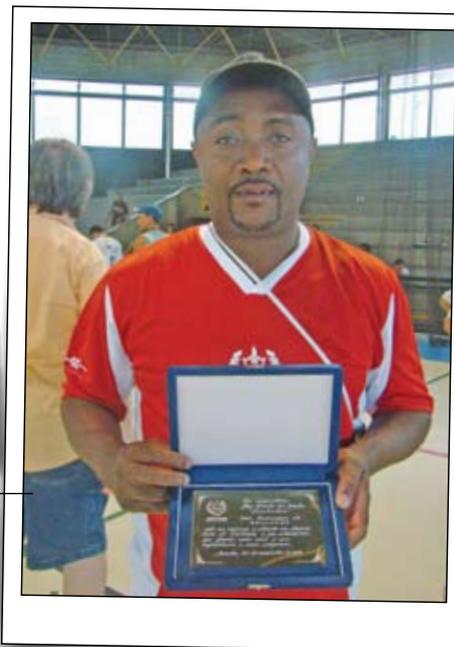
A vitória do Fórum de São Vicente foi ainda mais comemorada pela equipe, que faturou o título do Futjubs 2008 de forma invicta

Na disputa pelo 3º lugar, o Cruz Azul, de Santos, levou a melhor em cima da Polícia Militar



Numa final emocionante, com chances para os dois times, o Fórum de Praia Grande acabou ficando com a 2ª colocação

A ocasião reservou um momento especial: a associação prestou homenagem ao companheiro José Carlos dos Santos pela dedicação ao longo dos anos para com a entidade



## Buscando sempre a superação

A cada nova realização do Futjubs, a Assojubs trabalha no intuito de melhorar o nível da competição, evitando falhas na organização e proporcionando uma infra-estrutura superior à última edição para que os atletas possam desempenhar seu melhor futebol em quadra.

Seguindo a linha de anos anteriores, quando os servidores Sandra Aparecida Guimarães, auxiliar judiciário da Diretoria de Comunicação do Fórum de Santos, e Sérgio Crochemore, oficial de justiça da 10ª Vara Cível de Santos, foram homenageados, em 2008, o companheiro José Carlos dos Santos foi lembrado e saudado durante a solenidade de entrega das premiações, ao encerramento do campeonato. A escolha dos três nomes levou em conta o serviço prestado por eles na associação, estando ou não na Diretoria, seja na parte esportiva, política ou social.

Esperamos que os demais funcionários juntem-se a nós e venham fazer parte dos eventos promovidos ao longo do ano. A Assojubs agradece a presença de todos os judiciários envolvidos e das equipes convidadas e espera continuar congregando através do esporte. As disputas findaram e o saldo foi positivo. Mais um gol, e de placa.

## Classificação final

Fórum de São Vicente (campeão) 4 x 1 Fórum de Praia Grande (vice)  
Cruz Azul (3º lugar) 4 x 2 Polícia Militar (4º lugar)

## Seleção do Torneio

Na linha, os eleitos foram: Renato (Fórum de Praia Grande), Fábio (Cruz Azul), Alexandre Santos (Fórum de Praia Grande) e Rodrigo (Fórum de São Vicente). O escolhido para o gol foi Paulo (Fórum de São Vicente).

Alexandre Santos, do Fórum de Praia Grande, ficou com a artilharia, e Paulo, do Fórum de São Vicente, sagrou-se o goleiro menos vazado. O melhor jogador da final foi Denis, do Fórum de Praia Grande.

# XX Jogos do Judiciário: Assojubs na cabeça!

*As equipes Bala Na Agulha, de futsal masculino, e Fênix, de futsal e voleibol feminino, sagraram-se campeões estaduais da competição*



*O futsal, com o Bala Na Agulha, faturou pela primeira vez a taça, e de forma invicta; a vitória foi dedicada aos servidores Walnei (Patrimônio do Fórum de Santos), já falecido, e Rato (transferido para a Comarca de Ilhabela), figuras importantes que integraram e incentivaram a o grupo*



*Tendo praticamente a mesma formação, voleibol e futsal feminino, com a Fênix, trouxeram o título para a Baixada Santista; pelo vôlei, as meninas foram tetracampeãs do torneio, perdendo apenas dois sets e superando o peso do favoritismo*

# Assojubs promove o III Festival de Vôlei de Praia

*Eduardo e Douglas repetiram o feito da última edição e conquistaram o bicampeonato do torneio masculino, e no feminino, a dupla Patrícia e Claudiane ficou com o título*



*Os bicampeões Eduardo e Douglas (de vermelho), do Fórum de São Vicente, fizeram a final com Manoel e Edvaldo, dos fóruns de Bertioga e Santos; os vicentinos venceram por 2 sets a 0*



*Com igual placar, 2 sets a 0, Patrícia e Claudiane, do Fórum de Santos (de azul claro), levaram a melhor em cima de Yeda e Isali, também do Fórum de Santos*

# Coral Assojubs segue encantando

O ano de 2008 foi muito produtivo ao Coral Assojubs. E apesar de cada ensaio refletir em um novo aprendizado, o grupo passou por um processo evolutivo, de desenvolvimento e aprimoramento musical, motivo de orgulho e satisfação para seus componentes.

Os coralistas se envolveram no projeto por conta da curiosidade, no intuito de descobrir novas formas de expressão cultural e agregar conhecimento. Apostaram na idéia – uma proposta do regente, Mário Soares, em parceria com a associação – e acreditaram em si, no poder da superação.

Hoje, o canto coral virou uma atividade indispensável para cada um do grupo. A música entrou em suas vidas para não mais sair. Os ensaios são momentos de relaxamento para a rotina cansativa do dia-a-dia, de aliviar a tensão do corpo e da alma. E as apresentações são vistas como fator de sociabilidade, atuando como um meio de integração entre

os que fazem parte do coro, os colegas de outros grupos e os que assistem. Uma troca gratificante.

Por isso, o Coral Assojubs se fortalece a cada novo passo, a cada diferente experiência. Foi assim em 2008, permanecendo para 2009 a mesma perspectiva. Abaixo, as últimas exibições do coro.

## Encontro de Corais da OAB

Em 09 de dezembro, o Coral ASSOJUBS participou do Encontro de Corais promovido pela OAB Santos, em sua sede, em um evento comemorativo ao Dia da Justiça, celebrado em 08 de dezembro. O convite foi extensivo aos coros do Liceu Santista, regência de Adrian Colichino, e Sesi Santos, conduzido pela regente Esmeralda.

O Encontro também teve a presença do Coral da OAB, regido por Marici. Em seu repertório, o Coral Assojubs apresentou as canções: Caçador de mim (Milton Nasci-

mento), Canto do Povo de Algum Lugar (Caetano Veloso), Roda Viva (Chico Buarque) e Acalanto (Dorival Caymmi).

Ao final, os grupos, de improviso, se reuniram e entoaram dois clássicos natalinos: Boas Festas e Marcas do Que Se Foi. Um belíssimo encerramento, com todas as vozes misturadas proporcionando uma animada e encantadora confraternização.

## Diplomação dos vereadores e prefeito de Santos

Atendendo um convite do juiz diretor da Comarca de Santos, José Vítor Teixeira de Freitas, o Coral Assojubs esteve presente, no dia 18 de dezembro, na solenidade de diplomação do prefeito de Santos, dos 17 vereadores eleitos na Cidade e de seus suplentes (mandato 2009-2012) para a execução do Hino Nacional.

Em cerimônias oficiais, a execução do Hino faz parte do cerimonial, que geralmente

se utiliza de gravação. Sabendo da formação do grupo, o juiz diretor optou por convidar o coral, composto por servidores da ativa e aposentados, visando abrigar o evento.

A diplomação foi coordenada pela juíza da 118ª Zona Eleitoral de Santos, Selma Balança Guimarães.

## Apresentação no Fórum de Santos

O Coral Assojubs, encerrando as apresentações de 2008, integrou as celebrações de fim de ano no Fórum de Santos. A exibição do coro foi no dia 19 de dezembro no saguão do prédio central, reunindo servidores e público.

Pelo segundo ano consecutivo o grupo integrou o cronograma cultural da Comarca, proporcionando aos seus integrantes um contentamento ímpar, pois é nada mais é do que resultado do trabalho de pessoas admiradoras da arte musical, empenhadas em espalhar alegria através do canto.

*Coral participa das celebrações de fim de ano do Fórum de Santos*



*Em participação na cerimônia de diplomação dos vereadores e prefeito de Santos, grupo tem a responsabilidade da execução do Hino Nacional*

# Carnaval 2009: o retorno da Banda do Judiciário

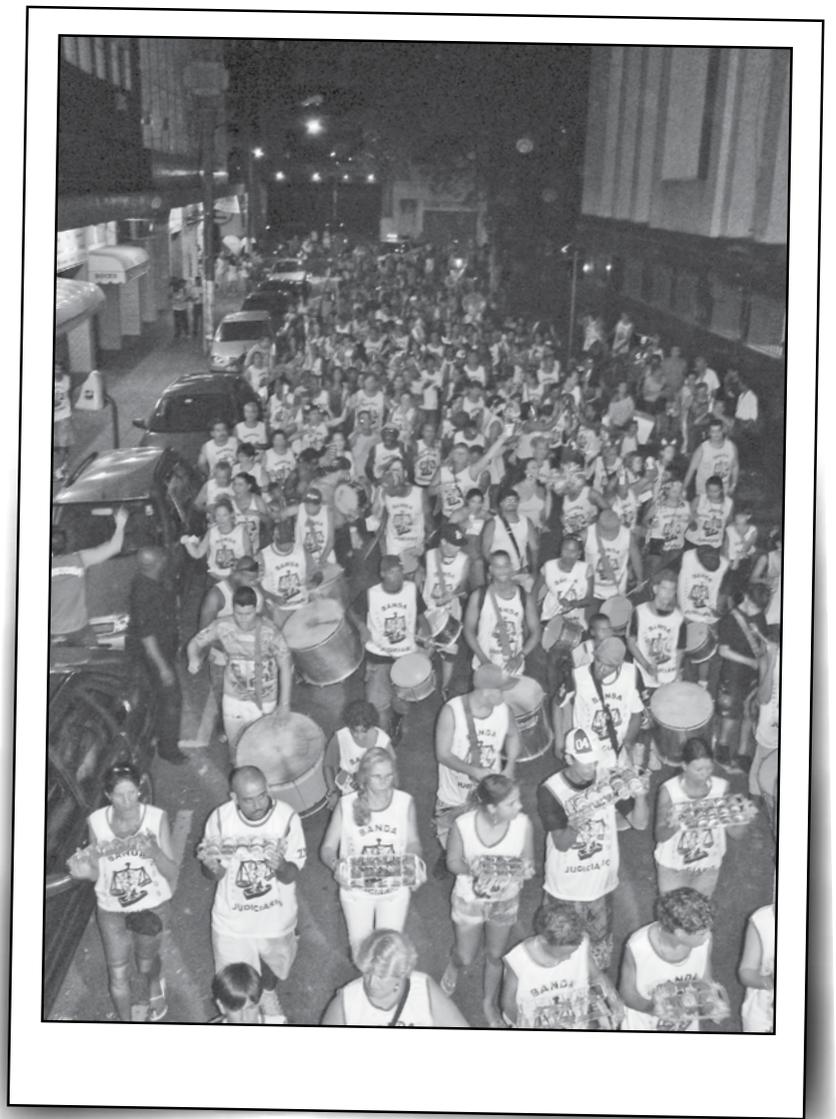
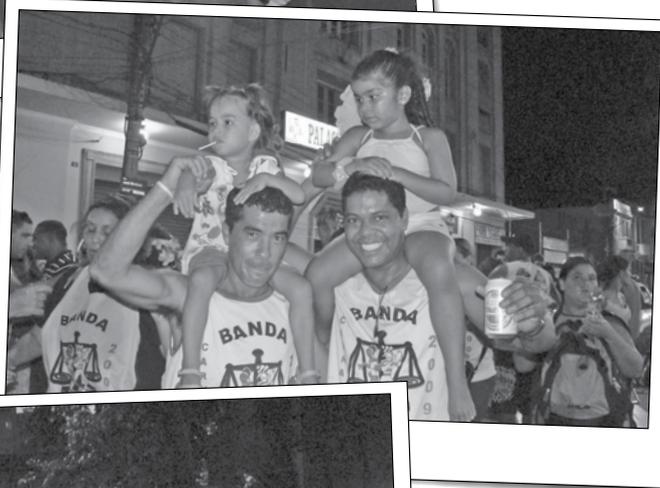
2009 é marco do retorno da Banda do Judiciário. Após 10 anos sem desfilar, o bloco, com apoio da Assojubs, ganhou novamente as ruas no dia 06 de fevereiro, abrindo o Santos Carnabanda.

E no ano de seu regresso, o enredo não poderia ser mais propício: Os Inesquecíveis do Judiciário. Na composição, características de figuras que fizeram história nos corredores forenses da Comarca.

A participação foi expressiva, num trajeto que movimentou as ruas do entorno do Palácio da Justiça, como as vias Brás Cubas, João Pessoa, Itoro-

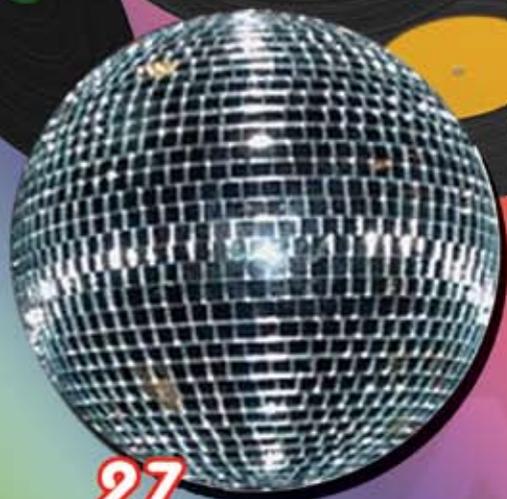
ró e São Francisco. Aldo Português e Ariones, integrantes da Unidos de Vila Maria e X-9 Paulistana, assinaram o samba. Os intérpretes foram Manoel, Primo e Joacir, acompanhados da bateria da Unidos da Zona Noroeste, com cerca de 30 ritmistas.

A ideia de resgatar a Banda do Judiciário foi de um grupo de servidores, saudosos dos tempos em que o bloco fora sucesso entre os foliões da região. Formaram essa comissão organizadora: Antônio Reginaldo, Emerson Peres (Xuxu do Cavaco), Francisco de Assis (Ticão), José Carlos dos Santos (Zé Carlos) e Alexandre Peres (Coelho).



# Disco Jubs

o melhor dos anos  
70 e 80



**27**  
**de março 20h30**



**convites limitados!**

local: *asojubs*  
Av. São Francisco 276  
(convênio com estacionamento Forum Park)

**Você que é Funcionário Público não pode perder as vantagens do Plano de Saúde UNIMED / ASSOJUBS**  
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo

**A PARTIR DE R\$ 87,86\***  
\*De 0 a 18 anos na acomodação enfermaria

**Preços e Carências Promocionais válidos por tempo limitado**

**Aproveite!**

Esta parceria entre a ASSOJUBS e Unimed Federação do Estado de SP para comercialização de planos com ATENDIMENTO ESTADUAL

**Confira as vantagens**

- AMT - Aconselhamento Médico Telefônico 24 horas
- Atendimento direto no consultório do médico cooperado.
- Atendimento de urgências e/ou emergências em nível nacional.
- Unify (Remoção Aéromédica Inter Hospitalar em caráter emergencial)

**Alguns dos Hospitais da Rede Credenciada**

• Hospital A.C. Camargo - São Paulo	• Hospital Metropolitano - São Paulo
• Hospital Santa Helena - São Paulo	• Hospital Dante Pazzanese - São Paulo
• Hospital Aviccena - São Paulo	• Hospital Ruben Berta - São Paulo
• Hospital Nipo Brasileiro - São Paulo	• Hospital São Paulo - São Paulo

**Unimed** Fesp

VENDAS

Av. São Francisco 276/278  
Tel/Fax. 3223.2377 / 3223.5278  
[www.asojubs.com.br](http://www.asojubs.com.br)

**JRB&B**  
Corretora de Seguros  
[www.jrb.com.br](http://www.jrb.com.br)

ANS nº 31.999-6



**“Fortaleça suas lutas,  
associe-se.”**

Mais informações:  
[www.asojubs.com.br](http://www.asojubs.com.br)  
tel.: (13) 3223-2377  
(11) 9166-5433